negocios

negocios.pt

Quinta-feira, 12 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5323 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

CATARINA CARIA
Corrida presidencial nos EUA será perigosamente renhida
OPINIÃO 29

GONÇALO S. MATIAS
Portugal tem de cuidar das pessoas mais velhas
OPINIÃO 31

Victor Sousa/Movephoto

ROLF STRAUCH ECONOMISTA-CHEFE DO MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE

Despesa com pensões: "a situação portuguesa é bastante precária"

Envelhecimento da população irá criar pressão na despesa pública. Por isso, é preciso "grande cautela" orçamental.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Trabalho

Governo adia meta de salários enquanto negoceia

Reunião com parceiros sociais marcada pela ausência de propostas.

ECONOMIA 8 e 9

Orçamento

Especialistas pedem regime fiscal mais simples

LEX 14 e 15

BYD vai contornar tarifas da UE à boleia da Hungria

Stella Li, vice-presidente da marca, diz que o fabrico de carros no país de Viktor Orbán a deixa descansada. Por cá, a construtora chinesa quer alcançar o top cinco de vendas.

EMPRESAS 18 e 19, EDITORIAL

Corte de juros do BCE é dado como certo, mas futuro é incerto

Presidente do banco central, Christine Lagarde, anuncia hoje decisão sobre taxas.

MERCADOS 26 e 27

Rendas regressaram às subidas em agosto

ECONOMIA 10

Critical Software financiada para limpar lixo espacial

EMPRESAS 20

Rodrigo Antunes/Lusa

Governo aprova IRC mínimo de 15% sobre multinacionais

Medida foi aprovada em Conselho de Ministros e anunciada por António Leitão Amaro.

Diploma transpõe uma diretiva comunitária para impedir que as grandes empresas paguem impostos mais baixos em alguns países. Executivo diz que medida está "ligada" à redução da taxa normal do IRC em dois pontos percentuais ao ano.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

O Governo aprovou esta quarta-feira em Conselho de Ministros o diploma que obriga todas as multinacionais a operarem em Portugal a pagarem uma taxa de IRC mínima de 15%. A medida já estava prevista e a proposta esteve em consulta pública durante o mês de julho, tendo recebido seis comentários e oito documentos nas contribuições.

Em causa está a transposição da diretiva "relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União Europeia". De acordo com a proposta, em 2026, com referência ao exercício deste ano, as multinacionais a operarem em Portugal terão de entregar, pela primeira vez, a declaração de IRC mínimo de 15%. São abrangidas as empresas com receitas consolidadas iguais ou superiores a 750 milhões de euros.

"Aprovámos o regime de IRC mínimo que obriga as multinacionais que operam em Portugal a pagar pelo menos 15% de IRC", anunciou o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, no final da reunião semanal do Conselho de Ministros. "É justiça, é equidade social, é permitir que o conjunto dos portugueses paguem menos impostos, que todos aqueles que podem – e mais os que podem mais – paguem a sua parte", afirmou, lembrando que "é conhecido o fenómeno global de arbitragem tributária para reduzir a tributação."

O ministro da Presidência apontou que esta medida tem "ligação às medidas do IRC. Para todos, propomos uma redução de 2 pontos percentuais para 15%" e que se trata de uma nova fonte de receita para conseguir reduzir impostos.

Para já, e de acordo com uma resposta do Ministério das Finanças ao Negócios , ainda não há estimativas para arrecadação de receita com esta medida.

Nova tributação deverá abranger um universo até 3.000 empresas.

Período de adaptação

A proposta de lei que foi colocada em consulta pública, e que pode ainda ter sido alterada na versão agora aprovada em Conselho de Ministros, segue para debate e votação no Parlamento, uma vez que se trata da criação de um novo imposto, uma matéria da estrita competência da Assembleia da República.

A primeira liquidação deverá ocorrer em 2026, se não houver atrasos. Até lá, há um período de adaptação e até 2029 as empresas ficam isentas de coimas por falha na entrega da declaração, desde que o Fisco "conclua que a entidade agiu de boa-fé" para o "exercício fiscal que se inicie até 31 de dezembro de 2026 e termine antes de 1 de julho de 2028". Poderá abranger até perto de 3.000 empresas.

De acordo com a proposta, as coimas começam nos 5.000 euros e podem chegar aos 100.000, "acrescida de 5% por cada dia de atraso no cumprimento dessa obrigação". Já por eventuais "omissões ou inexatidões" as empresas incorrem em coimas que vão dos 500 euros aos 23.500 euros. ■

DIA

AÇÃO

Possível fusão entre Commerzbank e UniCredit agrada investidores

CEO do Commerzbank desde 2021, Manfred Knof já revelou querer deixar o cargo.

O Commerzbank foi apanhado de surpresa ao saber que o UniCredit tinha adquirido uma participação de 9% na instituição. Deste valor, 4,5% foi comprado ao Governo alemão e os restantes em mercado. A intenção do gigante italiano é de entrar em negociações para uma fusão, para o qual a instituição alemã já se está a preparar. A possibilidade de um novo colosso na banca europeia animou os investidores. ■

16,55%

Variação este ano: **34,48%**
Valor em bolsa:
17.142,2 milhões de euros

FRASE

Todos nós temos de reconsiderar [as tarifas]. Não precisamos de uma guerra comercial, mas de construir pontes entre a UE e China.

PEDRO SANCHEZ
Primeiro-ministro espanhol sobre elétricos chineses.

FOTO

A data que mudou o mundo para sempre

Há 23 anos, no dia 11 de setembro, os ataques terroristas da Al Qaeda contra os EUA causaram comoção global. As imagens em direto de aviões sequestrados pelos terroristas a colidirem com as torres gémeas do World Trade Center vão ficar como símbolos de uma ação hedionda. No total, morreram 2.996 pessoas. Ontem evocou-se a data que mudou o mundo para sempre.

Fotografia: Sarah Yenesel/ EPA

NÚMERO

O Banco Santander colocou à venda 5,2% das ações da sua filial polaca por 575 milhões de euros.

EDITORIAL

CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cflipe@negocios.pt

A China divide para ganhar

A Europa "tem um problema" com a China, declarou esta semana Wopke Hoekstra, o neerlandês que é apontado como o próximo comissário responsável pelo comércio, durante a apresentação do relatório elaborado por Mario Draghi sobre a competitividade da União Europeia (UE). Para acompanhar o ritmo de países como os EUA e a China, a UE necessita de mobilizar pelo menos 750 a 800 mil milhões de euros por ano, sustenta a o ex-presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi.

Enquanto no plano institucional a UE tenta encontrar uma estratégia comum capaz de conter a concorrência chinesa (em parte suportada em premissas desleais como o custo da mão de obra), cada Estado-membro parece persistir numa abordagem própria à China, ditada pela aparentemente ilimitada capacidade financeira deste país.

A crise financeira global de 2007-2008 abriu as portas da Europa a Pequim e, desde então, os termos das relações económicas entre os dois blocos alteraram-se substantivamente. Também por isso, esta semana, Draghi defendeu que "a Europa deve reorientar profundamente os seus esforços coletivos para colmatar o défice de inovação em relação aos EUA e à China, especialmente no domínio das tecnologias avançadas".

São os próprios Estados-membros que alimentam a insignificância da UE.

Enquanto isso, de visita à China, o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, faz tábua rasa de um enquadramento que prejudica a UE, garantido que a Espanha está disposta a proporcionar um ambiente favorável às empresas chinesas e que apoia o princípio do livre comércio e da abertura de mercados, discordando de uma guerra comercial e das tarifas aduaneiras impostas aos carros elétricos chineses. Em paralelo, a Hungria recebe de braços abertos uma fábrica do construtor chinês BYD.

A China tem usado os ensinamentos de Sun Tzu na sua relação com a UE: "Diante de uma larga frente de batalha, procure o ponto mais fraco e, ali, ataque com a sua maior força." A China vai seduzindo à vez os Estados-membros, injetando liquidez nas respetivas economias e com isso aniquila qualquer estratégia comum da UE. Ou seja, são os próprios europeus a contribuírem para a sua insignificância. ■

ROLF STRAUCH ECONOMISTA-CHEFE DO MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE

Despesa com pensões: "a situação portuguesa é bastante precária"

O envelhecimento da população portuguesa irá criar grande pressão na despesa pública ao longo das próximas décadas e o economista-chefe do MEE antecipa a necessidade de acautelar uma evolução orçamental cautelosa.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt
LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt
VICTOR SOUSA
Fotografia

Ao contrário do resto do bloco da moeda única, Portugal tem conseguido, no período pós-pandemia, uma recuperação mais significativa, baseada no setor dos serviços, em especial o turismo. O mercado de trabalho também dá sinais de grande "resiliência" e isso ajuda a uma procura interna mais robusta.

No longo prazo, à semelhança do que acontece noutros países, Portugal terá de enfrentar o que Rolf Strauch, economista-chefe do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), classifica de "megatendências", como as alterações climáticas, a fragmentação geoeconómica e o envelhecimento. E neste último, a situação do país é particularmente precária.

Uma circunstância que irá obrigar a uma gestão orçamental prudente. Strauch lembra que a despesa com pensões pode, de acordo com as previsões da Comissão Europeia, ter um aumento expressivo nas próximas décadas. A inovação e o aumento da produtividade são elementos-chave para fazer face a estes desafios, defende, em entrevista ao Negócios.

A Zona Euro praticamente estagnou no segundo trimestre. Estamos mesmo a chegar a esse ponto, especialmente as maiores economias, como a Alemanha?

Quando olhamos para a Zona Euro vemos que existe uma recuperação e que o crescimento irá acelerar um pouco. O crescimento será lento e também verificamos que a inflação estará sob controlo. Os principais fatores que impulsionam estes níveis de crescimento um pouco mais elevados são os ganhos salariais reais e também um mercado de trabalho relativamente forte e, a curto prazo, vemos também que o comércio global ajudará e apoiará a procura externa, mas, obviamente, a médio e longo prazo o cenário é menos promissor. A principal razão é o facto de, em alguns aspetos, a Zona Euro estar a ficar atrás de outras grandes economias, em termos de crescimento económico. O ponto principal é que, se pensarmos nas megatendências que vão impactar o futuro, o que precisamos é de nos ajustarmos e darmos um impulso à inovação e ao crescimento da produtividade. É neste aspeto que a Europa tem vindo a ficar para trás e é isto que vai influenciar as nossas perspetivas de crescimento. As principais megatendências, se pensarmos nas próximas décadas, são o envelhecimento, as alterações climáticas e a fragmentação geoeconómica, que afetarão as nossas perspetivas.

> "Se pensarmos nas megatendências que vão impactar o futuro, o que precisamos é de nos ajustarmos e darmos um impulso à inovação e ao crescimento da produtividade."

Está a falar de longo prazo, mas a curto prazo temos de resolver uma série de problemas e olhar para a economia portuguesa. Vê esses problemas um pouco no futuro ou no presente?

No que se refere ao desempenho global da região, mais uma vez, a curto prazo, a atividade económica deverá recuperar com base na procura interna, na mão de obra e na resiliência que os nossos mercados de trabalho têm demonstrado ao longo dos últimos anos. E também, obviamente, sem antecipar o que o BCE irá fazer, mas geralmente os mercados esperam que os bancos centrais baixem as taxas, o que também ajudará a apoiar a procura e a expansão do crédito. Portanto, estes são os fatores impulsionadores. Depois, verificamos que a procura externa também está a fortalecer-se um pouco este ano. Assim, o desempenho das exportações poderá ser melhor.

E que avaliação faz da economia portuguesa neste momento?

No que diz respeito à economia portuguesa, verificamos que, de facto, nos últimos anos, durante a recuperação, tem tido um desempenho superior ao da economia da Zona Euro e tem crescido de forma relativamente forte, o que se deve também à procura interna. O crescimento do emprego tem sido forte e , de facto, tem havido aumentos dos salários reais. Portanto, isso ajudou realmente a economia portuguesa a atingir o seu desempenho e, como noutras economias, o setor dos serviços tem sido relativamente forte. O turismo, entre outros setores, tem sido uma força motriz desse crescimento.

O que podemos fazer com a pressão do envelhecimento que irá aumentar nos próximos 10 a 20 anos?

O envelhecimento é uma tendência geral, mas a forma como os países o enfrentam é diferente. Se olharmos para a Zona Euro, por exemplo, vemos que em alguns países, e aqui, entre outros, a Alemanha e a Itália, a população ativa está a encolher. Noutros países, como em França ou Espanha, esta é apenas uma tendência que se pode concretizar dentro de uma década. Verificamos diferenças nos rácios de dependência, o que desempenha um papel importante, e existem também grandes diferenças na estrutura e natureza dos sistemas nacionais de pensões. Enquanto para a União Europeia em geral, a Comissão Europeia calculou que até 2050 o aumento global das despesas brutas com pensões será de 0,7

> "As principais megatendências, se pensarmos nas próximas décadas, são o envelhecimento, as alterações climáticas e a fragmentação geoeconómica."

pontos percentuais do PIB e nove países terão efetivamente um aumento de mais de 2% em parte devido às diferenças no sistema de pensões. A situação portuguesa, neste domínio, é também bastante precária. É isso que temos de ter em conta quando abordamos este tema. Há uma tendência geral, mas a forma como os países se situam nesta matéria pode variar consoante a demografia e o sistema de pensões.

Em que medida é que a situação de Portugal é precária?

A população portuguesa é relativamente idosa. A mediana em Portugal é de 47 anos, enquanto a mediana na UE é de 45 anos e só se prevê que aumente para 48 anos em 2050. Esta diferença pode parecer pequena para a UE, mas significa basicamente que a relação entre trabalhadores e reformados pode diminuir de três para um, para dois para um. Nos próximos 10 anos, a Comissão Europeia calcula que as despesas relacionadas com envelhecimento (incluindo pensões, saúde, educação e cuidados a idosos) deverão aumentar mais de dois pontos percentuais do PIB em Portugal. E em 2050, estes custos serão 4 pontos percentuais do PIB maiores do que são hoje, se nada for feito. Ora, 2 pontos percentuais do PIB é basicamente o encargo com juros que Portugal está a pagar agora, 4 é o dobro desse valor. Se pensarmos nas pressões sobre as despesas e em tudo o resto que vem por acréscimo, ou seja, as alterações climáticas, a defesa, as alterações tecnológicas, torna-se realmente necessário planear com antecedência e ter uma evolução orçamental muito cautelosa, que tenha amortecedores suficientes para choques futuros e crie espaço para financiar as necessidades futuras. ■

"[É] necessário planear com antecedência e ter uma evolução orçamental muito cautelosa, que tenha amortecedores suficientes para choques futuros, e crie espaço para financiar as necessidades futuras."

PERFIL

Da política monetária aos regastes

Rolf Strauch é o economista-chefe e membro do conselho de administração do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e do Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira (MEEF). É responsável pela análise e pelas políticas económicas e financeiras, bem como pelo trabalho de acompanhamento dos países sob alçada dos dois fundos. Representa o MEE nos fóruns internacionais e europeus. É também membro de comités consultivos de várias instituições académicas. Antes disso, entre 2000 e 2010, trabalhou no Banco Central Europeu (BCE), na área das políticas orçamentais, monetárias e estruturais. Foi ainda economista no Deutsche Bundesbank e investigador nas universidades de Mannheim e Bona.

ROLF STRAUCH ECONOMISTA-CHEFE DO MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE

Lidar com a pressão orçamental só com "uma grande cautela"

A crise das dívidas ficou lá atrás e, para já, não há qualquer sinal de alarme. É essa a convicção do economista-chefe do MEE, a autoridade que presta assistência financeira aos países do euro afetados ou ameaçados por dificuldades financeiras como aconteceu em 2011.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt
PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt
VICTOR SOUSA
Fotografia

Portugal é dos poucos países da Zona Euro com excedente orçamental em 2023, mas o nível da dívida pública ainda se encontra acima da média dos países da moeda única. Apesar de elogiar a grande redução conseguida depois da pandemia, Rolf Strauch, economista-chefe do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), considera que continua a ser um dos grandes desafios que o país enfrenta. E aguarda com expectativa, tal como para os restantes países, a estratégia orçamental de médio prazo no quadro das novas regras europeias.

Nesta entrevista, realizada poucas horas depois da divulgação do relatório Draghi sobre o futuro da competitividade europeia em que é defendida a emissão conjunta regular de dívida, Strauch diz acreditar que o MEE pode ter um papel crucial a desempenhar no futuro.

A pressão sobre as finanças públicas tem sido uma grande preocupação para Portugal. Acha que já está fora de perigo, mesmo com o envelhecimento da população e a baixa produtividade?

Há um ponto, não só para Portugal, mas para todos os países da Zona Euro, com o qual nos devemos preocupar, que é o crescimento da produtividade. De facto, melhorar o crescimento da produtividade também melhora a competitividade. Se olharmos para Portugal, o que vemos é que houve um declínio muito dramático do nível da dívida, o que a colocou no ano passado abaixo dos 100% e agora aproxima-se significativamente da média da Zona Euro de 89%. Deveu-se, obviamente, à inflação, mas também a um crescimento relativamente sólido e a uma política orçamental prudente. Portugal é um dos poucos países da Zona Euro com um excedente do saldo orçamental. Mas existem desafios.

Que desafios?

O nível de dívida ainda é relativamente elevado. Por isso, estamos a aguardar com expectativa que Portugal apresente a sua estratégia de médio prazo, nos projetos de planos orçamentais e também como parte do plano estrutural orçamental, que tem de ser apresentado à Comissão Europeia. Portugal terá de explicitar como pretende ajustar as finanças públicas para fazer face aos desafios. A apresentação de planos orçamentais e de cumprimento do novo quadro orçamental é realmente crucial, não só para Portugal, mas de uma forma mais geral para a credibilidade das novas regras europeias. Queremos que os governos, em Portugal, mas também noutros países, apresentem planos orçamentais credíveis.

Entre a pressão sobre as finanças públicas e a subida das taxas de juro, existe um novo desafio para as dinâmi-

> "Estamos a aguardar com expectativa que Portugal apresente a sua estratégia de médio prazo."

> "Não há razões para estar preocupado com uma crise imediata da dívida."

cas das dívidas?

A única forma de lidar com esta situação é através de uma grande cautela orçamental, das prioridades orçamentais de forma a manter o equilíbrio orçamental ao longo do tempo, e fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance para mobilizar todas as fontes de crescimento possíveis. Aprofundar o mercado único pode aumentar o PIB europeu em cerca de 7 pontos percentuais, a longo prazo. Precisamos destes dividendos do crescimento para fazer face aos desafios do futuro. E precisamos de uma distribuição eficiente do trabalho a nível europeu e a nível nacional para podermos progredir.

Está preocupado com uma nova crise da dívida?

Nesta fase, não há razões para estar preocupado com uma crise imediata da dívida. Se olharmos para os mercados financeiros, não está nas cartas.

O relatório Draghi [publicado no dia da entrevista] sugere uma estratégia de financiamento conjunto contínuo. Considera que a UE deve ter um mecanismo de financiamento conjunto?

Ainda não tive tempo de ler os documentos todos, que na versão completa são 400 páginas. Do ponto de vista do MEE, como um mecanismo permanente de resolução de crises, estamos muito interessados em que a Europa tenha um apoio financeiro suficientemente forte. Para nós, também está diretamente relacionado com a alteração do Tratado e com o nosso papel de "backstop" comum. Queremos que o MEE seja eficaz a enfrentar os desafios do futuro. ■

"Temos de incentivar as pessoas a poupar e investir no mercado"

Para retirar o peso do financiamento das pensões apenas dos trabalhadores, o economista-chefe do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) defende que é necessário incentivar o investimento das poupanças no mercado de capitais. Rolf Strauch lembra, em entrevista ao Negócios, casos de sucesso como os Países Baixos ou a Dinamarca.

O responsável do mecanismo considera que uma iniciativa europeia permitiria diversificar ativos, mas ressalva que são necessárias garantias de proteção dos investidores, bem como uma supervisão adequada.

Vê a necessidade de uma estratégia para os regimes de pensões mais próxima dos mercados financeiros, como acontece em países como os Estados Unidos, por exemplo?

A ideia de uma união de poupança e investimento, que foi apresentada pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, baseia-se na ideia de trazer mais europeus para o mercado de capitais. Normalmente, as pessoas poupam para a velhice. Se não quisermos deixar todo o ónus do financiamento da velhice aos trabalhadores ou aos governos, temos de incentivar as pessoas a poupar agora e investir esse dinheiro no mercado de capitais. Como uma iniciativa europeia, ajudará a investir em mercados maiores na Europa, e permitirá que as pessoas diversifiquem as suas carteiras entre países. Isso contribuiria para o crescimento global e, para mim, seria um passo crucial para o futuro.

Vamos precisar de uma hiperintegração?

Não uma hiperintegração, eu chamar-lhe-ia a necessária integração dos mercados de capitais. É preciso refletir cuidadosamente sobre a forma de o fazer, de modo a garantir a estabilidade financeira e a eficiência. Poderá haver elementos na regulação dos mercados financeiros que ainda possam ser adequadamente regulados e supervisionados a nível nacional e, depois, talvez elementos que possam ser tratados a nível europeu. Não me compete discutir isso aqui. Mas estes são temas que é necessário abordar e considerar com base em regras comuns.

Qual é o impacto do envelhecimento da população no mercado de ações?

Se pensarmos nas consequências do envelhecimento, tem um impacto no crescimento através da oferta de mão de obra, mas também através das poupanças, da dimensão das poupanças existentes na economia e talvez também através das preferências que as pessoas têm na forma como querem usar as suas poupanças. E o que verificamos é que, de um modo geral, essa é uma das razões pelas quais, devido ao montante das poupanças e às preferências de risco, as populações envelhecidas tendem a ser menos inovadoras e, por conseguinte, menos orientadas para o crescimento da produtividade do que outras economias.

O que é que isso significa para a criação de outros sistemas de pensões?

Obviamente tem de haver sempre uma proteção adequada dos consumidores e a garantia de um fluxo de informação adequado. O mercado tem de oferecer os produtos certos. Nalguns países europeus, temos sistemas de pensões por capitalização que funcionam. Nos Países Baixos, por exemplo, ou na Dinamarca. Há margem para avançar nessa direção, obviamente sempre com as devidas salvaguardas. A literacia financeira desempenha aqui um papel significativo. As pessoas têm de ser informadas sobre o que fazem e tem de haver uma boa supervisão e um comportamento responsável. ■

"Há o risco de taxas futuras mais elevadas" do que no pré-covid

Envelhecimento, alterações climáticas e fragmentação geoeconómica são as três megatendências que Rolf Strauch, economista-chefe do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), antecipa que vão criar pressão sobre a economia europeia e, consequentemente, sobre as contas públicas.

Em entrevista ao Negócios, explica que as necessidades de financiamento acrescidas na região vão manter as taxas de referência elevadas. Apesar de não querer antecipar o que vai fazer o Banco Central Europeu (BCE), afasta um cenário de regresso aos juros zero como se verificava no período que antecedeu a pandemia.

O corte de juros do BCE pode comprometer a recuperação da Zona Euro? É a altura certa para baixar taxas?

Não me cabe a mim dizer se é a altura certa ou não. O BCE decidirá, com base nos dados de que dispõe, se quer fazê-lo agora e qual é o momento exato ou até onde quer ir. A questão fundamental a médio prazo é, de facto, saber qual é a taxa real natural, a taxa de longo prazo da economia que se pretende ter, e como se pode ou se quer abordar essa questão, tendo em conta os riscos inflacionistas que existem.

Olhando para as megatendências que identificou, acredita que podemos esperar uma série de cortes e taxas de juro na Zona Euro semelhantes às que tínhamos antes da pandemia de covid-19?

No que se refere às taxas de juro e à interação entre a política monetária e orçamental, consideramos que existe o risco de as taxas de juro futuras poderem ser mais elevadas do que as observadas antes da pandemia. Esse risco decorre precisamente das megatendências e das pressões sobre as despesas que estas implicam, e será difícil financiar tudo isso. Por isso, se no futuro houver mais dívida pública para financiar essas necessidades, há também claramente o risco de termos de enfrentar taxas de juro mais elevadas, o que pode ter repercussões negativas no espaço orçamental disponível. ■

ECONOMIA

Manuel Almeida/Lusa

Com três ministros presentes e uma secretária de Estado, o Governo acabou por não avançar propostas concretas aos parceiros sociais.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

Governo adia meta para salários enquanto negoceia

Ainda não há uma proposta para a subida do salário mínimo em 2025. Estratégia passa por reuniões bilaterais com parceiros sociais ao longo das próximas duas semanas, com novo plenário da Concertação Social marcado apenas para dia 25, mais perto de ser conhecida a proposta de Orçamento do Estado.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt
CELSO FILIPE
celsofilipe@negocios.pt

O Governo reuniu-se esta quarta-feira com o parceiros sociais para discutir a melhoria de rendimentos, mas contrariamente às expectativas levadas para o encontro, as confederações empresariais e sindicais acabaram por sair da sala sem qualquer proposta para a subida do salário mínimo no próximo ano, assim como no que diz respeito à fiscalidade das empresas, num momento em que o objetivo de descida de taxas de IRC é um dos pontos a afastar o Executivo de Luís Montenegro de uma eventual viabilização da proposta de Orçamento do Estado para 2025 pelo Partido Socialista.

O Negócios sabe que a reunião – na qual participou também o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, e o ministro da Economia, Pedro Reis, além da ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho – ficou muito aquém do esperado, tanto dos parceiros sociais como em função das expectativas que haviam sido criadas pelo Governo.

Afinal, tanto a ministro das Finanças como a ministra do Trabalho limitaram-se a enunciar um conjunto de "generalidades" sem que tenha disso apresentada qualquer proposta concreta, disse ao Negócios uma fonte que participou no encontro.

Em reuniões anteriores, o Governo terá chegado a avançar com um número concreto para o aumento do salário mínimo no próximo ano, sublinhando a necessidade de as empresas acompanharem esta medida com uma subida dos salários médios, de forma a não haver um achatamento da curva dos rendimentos.

Nessa altura os parceiros terão argumentado junto da ministra do Trabalho que essas alterações teriam de ser acompanhadas por mexidas na área fiscal e laboral. O Eco chegou a noticiar, esta semana, que a proposta seria aumentar o salário mínimo para 860 euros, mas ontem a reunião ficou marcada por um cariz evasivo e a ausência de propostas concretas.

Em declarações aos jornalistas após a reunião, a ministra do Trabalho afastou que qualquer valor tenha já sido apresentado como proposta, classificando como "completamente especulativo" o montante avançado. "As propostas que iremos fazer serão [feitas] aos parceiros apenas", afirmou Rosário Palma Ramalho.

A ideia do Governo é prosseguir nos próximo dias com reuniões bilaterais com as várias con-

> **As propostas que iremos fazer serão [feitas] aos parceiros apenas.**
> **ROSÁRIO PALMA RAMALHO**
> Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

federações empresariais e sindicais, estando marcada nova reunião para dentro de 15 dias, já bem mais perto da data de apresentação da proposta de OE 2025.

Em cima da mesa das reuniões bilaterais deverá estar não apenas o tema do salário mínimo, com os vários parceiros sociais a assinalarem a disposição do Executivo de Luís Montenegro para um "novo" acordo de rendimentos. O primeiro-ministro, recorde-se, tinha já dado a indicação de que o plano era revisitar o acordo e acrescentar "novos objetivos", não deixando contudo de cumprir o que foi ficou fixado no acordo celebrado pelo anterior Governo.

O documento – reforçado no final de 2023 sem as assinaturas da CGTP e da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) – previu que o valor de salário mínimo aumentasse para 855 euros em 2025, passando depois aos 900 euros em 2026. Estabeleceu também referenciais para a valorização de tabelas salariais em negociação coletiva (4,7% de subida em 2025 e 4,6% de subida em 2026), assim como várias medidas na área da fiscalidade, simplificação administrativa e para redução dos chamados custos de contexto das empresas.

Parceiros esperam "novo" acordo

A maioria dos parceiros sociais mostra-se agora disponível para uma revisão, incluindo a CIP, que em 2023 ficou fora de um entendimento. "Estamos disponíveis para fazer um 'upgrade' do acordo", indicou o presidente, Armindo Monteiro, após a reunião com os membros do Governo e restantes parceiros.

Entre os temas que a confederação quererá discutir com o Governo está a tributação das horas extraordinárias, assim como a proposta de um chamado "15.º mês" isento de contribuições e impostos. O regresso a um acordo estará, indicou o responsável da CIP, dependente do acolhimento que houver do Governo." Temos 26 medidas e não estamos a dizer que têm de ser todas aceites, mas aquelas que consideramos mais importantes e que têm que ver com a retenção dos jovens, e tudo o que tem que ver com o aumento de produtividade e com a capitalização das empresas", afirmou.

Também a Confederação do Turismo de Portugal (CTP) assinalou que "40% das medidas (do acordo em vigor) estão por executar". "Todos gostaríamos de ter um acordo mais ambicioso", defendeu ainda o presidente, Francisco Calheiros.

João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), também sinalizou que a intenção do Governo será a de obter "um acordo novo em relação ao acordo antigo", lembrando igualmente que há medidas previstas no documento em vigor que permanecem por executar, como o incentivo ao abate de veículos. A CCP diz que pretende discutir tanto as matérias fiscais como laborais.

Já da parte das confederações sindicais, a UGT vê "condições para ir além do acordo", quer no que diz respeito à evolução do salário mínimo, quer no que diz respeito aos referenciais para a contratação coletiva.

Quanto à CGTP, que se tem mantido fora dos acordos celebrados, o secretário-geral, Tiago Oliveira, defendeu que o encontro desta quarta-feira "foi mais uma reunião em que os problemas concretos dos trabalhadores não foram abordados". A Intersindical apresenta esta quinta-feira a sua política reivindicativa para 2025. ■

Executivo espera pelo PS, que espera nova reunião

Os socialistas pediram 48 horas e o Governo espera que passe este tempo e que, depois, lhe sejam apresentadas propostas. Alexandra Leitão espera que seja convocada nova reunião. Chega de novo fora.

"Estamos à espera. O PS pediu tempo que ainda não passou para preparar ou apresentar propostas e por isso estamos à espera das propostas do PS", afirmou esta quarta-feira António Leitão Amaro. "Até hoje, todos os partidos apresentaram alguns contributos e ideias exceto o PS. Respeitamos a sua opção, mas estamos à espera.

O ministro da Presidência falava aos jornalistas no final da reunião do Conselho de Ministros. "E quando passar a pausa que o PS pediu, o Governo espera poder receber e contactará para saber o que vem dessa bola que o PS agora tem nas mãos", acrescentou.

Poucas horas antes, Alexandra Leitão, líder parlamentar socialista, tinha também feito um ponto de situação. "O que ficou combinado foi que o PS, em cerca de 48 horas, está preparado e a partir daí, aguardamos uma convocatória, um convite para uma nova reunião e aí discutiremos o que tivermos de discutir", afirmou, em declarações aos jornalistas no Parlamento. "Estamos disponíveis para uma reunião e aguardamos a marcação dessa reunião", sublinhou.

Nos últimos dois dias, recorde-se, decorreu uma segunda ronda de conversas entre Governo e partidos da oposição para negociar a proposta de OE para 2025. "Ontem [terça-feira] concluímos o ciclo de fornecimento de informação sobre o OE" e "o que demos [sobre o cenário macro] a todos os partidos em condições de igualdade foi muito mais do que outros governos têm feito e muito mais cedo", destacou António Leitão Amaro, voltando a frisar: "O país espera pelo tempo e pelas propostas do PS".

Refira-se que o Chega, depois de ter dito que iria votar contra, voltou a admitir negociar propostas com o Governo para o Orçamento se este não negociasse com os socialistas, mas esta quarta-feira veio de novo avisar que estava fora. "É irrevogável", voltou a declarar André Ventura, citado pela Lusa, em declarações aos jornalistas também no Parlamento. "Não há o 'se', o Governo está a negociar com o PS, logo o Chega está fora destas negociações", insistiu. Para o Chega voltar a negociar "teria de ser outro orçamento, não este", rematou Ventura.

"O Governo está aberto ao diálogo com todos. Excluem-se das negociações os partidos que se excluem", declarou, por seu turno, António Leitão Amaro. "O Bloco e o PCP já o fizeram. Se outros se excluírem são eles que se excluem". O ministro da Presidência voltou a sublinhar que "o Governo entende que a prioridade é o país ter um orçamento e estamos profundamente comprometidos com isso" e com disponibilidade para "negociar propostas", incluindo "no domínio do IRC e do IRS jovem", mas "naturalmente que isso implica esforços de aproximação de todos". ■ FL

O PS pediu tempo que ainda não passou para preparar propostas e por isso estamos à espera.

ANTÓNIO LEITÃO AMARO
Ministro da Presidência

O PS, em cerca de 48 horas, está preparado e a partir daí, aguardamos uma convocatória.

ALEXANDRA LEITÃO
Líder da bancada parlamentar do PS

ECONOMIA

HABITAÇÃO

Rendas regressam às subidas em agosto

Depois de quatro meses a estabilizar, o valor das rendas pagas voltou a subir no mês de agosto, com a Madeira a ter a variação mais expressiva. Senhorios podem atualizar valores no próximo ano até 2,16%, confirmou esta quarta-feira o INE.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

As rendas voltaram a aumentar em agosto, depois de quatro meses de quase estagnação. De acordo com os dados divulgados esta quarta-feira pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o valor do metro quadrado registou uma variação homóloga de 7,2%. É preciso recuar a dezembro de 1994 para ter um aumento desta magnitude.

A autoridade estatística nacional refere que a "variação homóloga das rendas de habitação por metro quadrado foi 7,2% em agosto de 2024 (7,1% no mês anterior)", sendo que já se encontravam neste patamar desde abril, quando o avanço ultrapassou os 7% o que não acontecia há quase 30 anos.

O Instituto Nacional de Estatística refere que todas as regiões do país apresentaram "variações homólogas positivas das rendas de habitação, tendo a Madeira registado o aumento mais intenso (7,7%)."

O índice de preços apurado pelo INE considera o valor médio de todas as rendas "efetivamente pagas pelos inquilinos", ou seja, todos os contratos em vigor e não apenas a mediana que é apresentada trimestralmente quando a autoridade estatística faz uma análise mais aprofundada do mercado de arrendamento em todo o país.

Em termos de variação mensal, o "valor médio das rendas de habitação por metro quadrado registou uma variação de 0,4% (valor idêntico no mês anterior)", ou seja, manteve o ritmo. Mas tal como aconteceu em termos homólogos, a Madeira – a par do Algarve – teve a variação mensal positiva mais elevada (0,6%)". O INE sublinha, por outro lado que, não houve "qualquer região com variação negativa do respetivo valor médio das rendas de habitação."

Olhando para a média dos últimos 12 meses, verifica-se um perfil ascendente do valor das rendas pagas pelos inquilinos. O valor médio de agosto foi de 6,1%, mantendo a subida que se iniciou em abril de 2022.

Tiago Sousa Dias

As rendas pagas voltaram a subir em agosto face a um ano antes.

Senhorios podem atualizar até 2,16%

Os dados do INE permitem, por outro lado, concluir que os senhorios poderão aumentar o valor das rendas até 2,16% no próximo ano.

O coeficiente da atualização anual de rendas, fixado anualmente por despacho do Governo, tem por base a inflação média dos últimos 12 meses sem habitação relativo ao mês de agosto calculada pelo INE.

A atualização das rendas de acordo com a inflação, recorde-se, aplica-se sempre que outro mecanismo não tenha sido previsto por senhorios e inquilinos no contrato de arrendamento. Pode ser automaticamente aplicado pelos proprietários a partir do momento em que o contrato vigore há mais de um ano. Para uma renda no valor de 1.000 euros, por exemplo, o aumento será de 22 euros, arredondando, ou seja 1.022 euros.

De acordo com as regras estabelecidas no Código Civil, os senhorios que decidam aumentar as rendas devem comunicar a sua intenção ao arrendatário através de carta registada com aviso de receção e com a antecedência mínima de 30 dias. A nova renda pode ser arredondada para o cêntimo superior e a carta deve explicar a razão do aumento e o respetivo cálculo, por forma a que os inquilinos tenham na sua posse toda a informação sobre o aumento. Se estiver em causa a casa de morada de família, a comunicação deve ser dirigida a cada um dos cônjuges. ■

DEPOIS DE ESTABILIZAR, NOVA SUBIDA

Variação homóloga e média dos últimos 12 meses das rendas pagas, em percentagem

O valor das rendas efetivas pagas por inquilinos voltou a subir ligeiramente depois de ter estabilizado entre abril e julho. Em agosto a variação homologa foi de 7,2%, o valor mais elevado desde dezembro de 1994. Esta variação inclui todos os contratos em vigor.

Fonte: INE

7,2%

METRO QUADRADO
O valor das rendas por metro quadrado subiu 7,2% em agosto em termos homólogos.

2,16%

ATUALIZAÇÃO
No próximo ano, os senhorios podem subir as rendas até o limite de 2,16%.

Filipe Amorim/Lusa

Lucília Gago esteve numa audição na comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais.

JUSTIÇA

MP tem cerca de 11 mil escutas ativas

A Procuradora-Geral da República foi ao Parlamento e deixou o aviso: se a lei for alterada, "algumas investigações poderão vir a soçobrar, é bom que não tenhamos qualquer dúvida".

O número máximo de escutas ativas, no âmbito de investigações criminais, foi atingido em 2015, com mais de 15 mil interceções, enquanto em 2023 ficaram abaixo das 11 mil. O número foi avançado esta quarta-feira pela procuradora-geral da República (PGR), numa audição na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a propósito da apresentação do relatório de 2023 do Ministério Público (MP) e na sequência de vários processos mediáticos que agitaram a sociedade.

Sublinhando que o número de interceções telefónicas diminuiu nos últimos anos, .Lucília Gago alertou para o risco de uma eventual revisão da lei de recurso a escutas fazer cair algumas investigações judiciais.

"A opção existe e é óbvio que pode ser alterada, ainda que consideremos que a lei, tal como está, está bem. O Ministério Público [MP] apenas recorre a escutas quando justamente e de forma criteriosa percebe que elas são essenciais", começou por dizer Lucília Gago, complementando: "Se for outra a opção do legislador, algumas investigações poderão vir a soçobrar. É bom que não tenhamos qualquer dúvida".

"Em qualquer circunstância, as escutas carecem de autorização judicial e de renovação dessa mesma autorização. Ou seja, tem de haver do magistrado titular do processo a avaliação de recorrer a escutas e também da magistratura judicial idêntica leitura, não só naquele momento como aquando das renovações", referiu a PGR.

A opção existe e é óbvio que pode ser alterada, ainda que consideremos que a lei, tal como está, está bem. O MP apenas recorre a escutas quando (...) percebe que elas são essenciais.

LUCÍLIA GAGO
Procuradora-geral da República

Questionada sobre o tempo prolongado de realização de algumas escutas telefónicas que vieram a público no último ano, a procuradora-geral da República destacou que essas situações "são absolutamente excecionais" e apenas ocorrem porque "se reconhece a necessidade para as finalidades do inquérito".

Lucília Gago salientou também que o peso das escutas nos inquéritos é reduzido e "tem vindo a diminuir de forma sustentada", notando que "os inquéritos com escutas nunca atingiram 2,5% dos inquéritos em cada ano e em 2023 não chegaram a 1,5%". ■ LUSA

ESCOLAS

Governo recomenda proibição de telemóveis

O Governo decidiu avançar com uma recomendação às escolas no sentido de proibirem o uso de telemóveis dentro do espaço escolar por crianças até aos 12 anos de idade, isto é, que frequentem os 1º e 2º ciclos. Não será uma proibição, mas uma recomendação e a ideia é que a questão seja reavaliada dentro de um ano.

A medida foi anunciada esta quarta-feira pelo ministro da Educação, Ciência e Tecnologia na conferência de imprensa que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros.

"Para o 1º e 2º ciclos, até 12 anos, recomendação será de proibição do uso e entrada do telemóvel, na sala de aula e no recreio", concretizou Fernando Alexandre "Vamos avaliar o efeito desta medida e no próximo ano decidir se ela tem de ser mais restritiva ou se funcionou".

Quanto ao 3º ciclo, para adolescentes entre 12 e 15 anos "não há recomendação de proibição, mas de medidas que restrinjam e desincentivem o uso de 'smartphones' no espaço escolar, mas aí entra a autonomia da escola, que pode tomar a decisão", explicou.

Para alunos mais crescidos, já no secundário, com mais de 15 anos, "é de qualquer maneira importante que haja uma estratégia dentro das escolas", considerou também Fernando Alexandre, sublinhando que há "muita evidência que a utilização de 'smartphones' pode ser uma desvantagem para as aprendizagens e que até certas idades pode gerar comportamentos negativos para o bem estar da criança".

Hoje em dia o Estatuto do Aluno já prevê que o uso de telemóvel é basicamente proibido na sala de aula e há uma recomendação do Conselho das Escolas no sentido de que seja restringido nas escolas em geral, mas só 2% proibiram a utilização. ■ FL

ANGOLA

Kwanza cai para mínimo de 25 anos face ao dólar

O kwanza está a negociar em mínimos de 25 anos face ao dólar, com a moeda angolana a ser penalizada por preços do petróleo mais baixos. Ao mesmo tempo, as elevadas responsabilidades de dívida do Executivo angolano limitam fortemente a possibilidade de intervenção no mercado e sustentação da divisa.

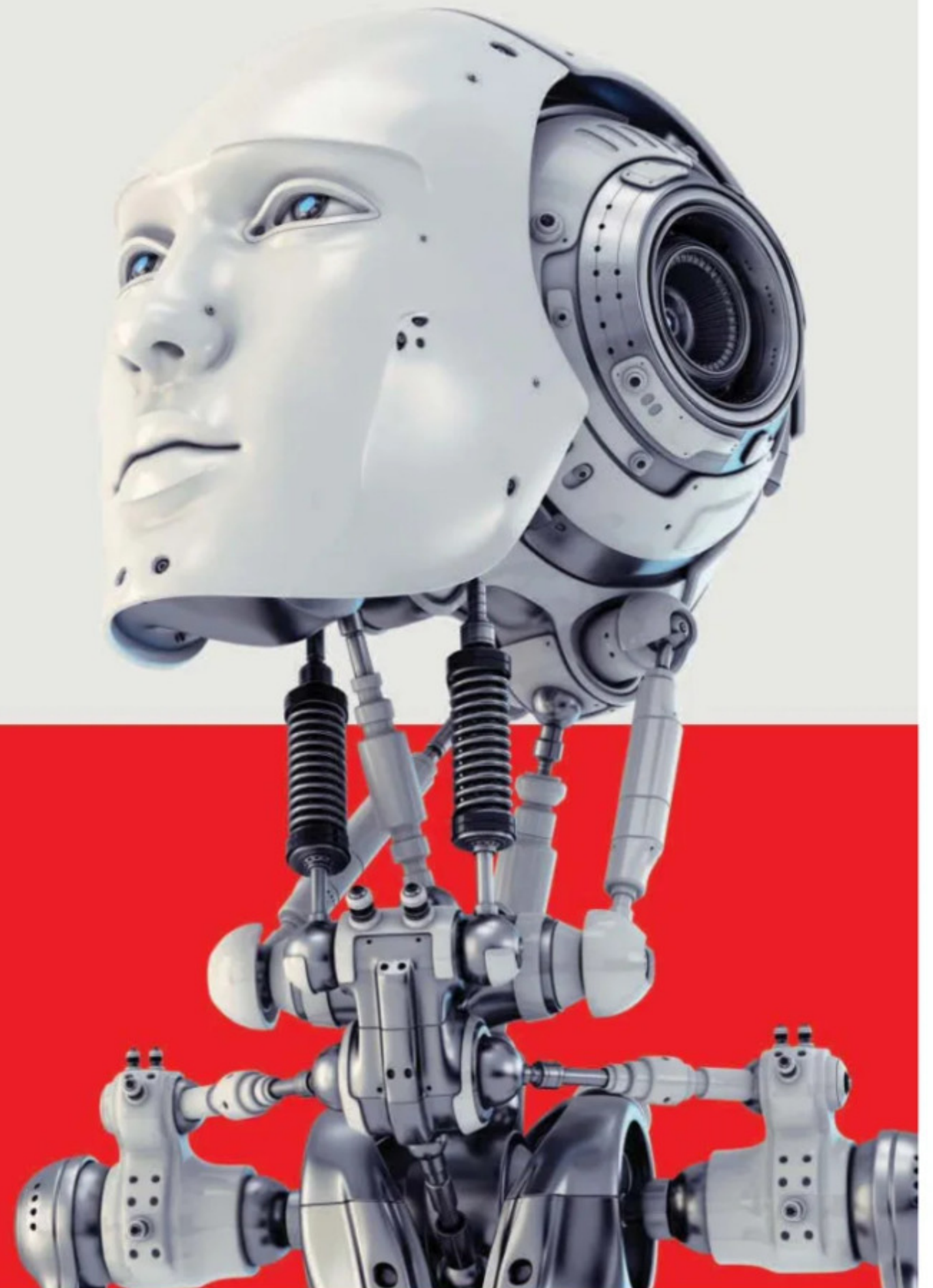
Esta quarta-feira, um dólar chegou a valer 939,24 kwanzas – o valor mais baixo desde 1999 para a moeda angolana, num ano em que o país vivia ainda o rescaldo da guerra civil. Só desde o início do mês a moeda perde 1,2% face à "nota verde" e desde janeiro de 2024 a queda aumenta para cerca de 11%.

A maior parte das receitas de exportações de Angola derivam da venda de petróleo – Angola é um dos três maiores produtores do continente africano –, mas grande parte desse capital é utilizado para fazer face aos elevados montantes de dívida. Com o fim de uma moratória de três anos concedida pela China, os custos com a dívida voltaram a aumentar.

Luanda deve cerca de 17 mil milhões de dólares a Pequim e até dezembro tem de pagar cerca de 1,1 mil milhões de dólares mensais em dívida externa e doméstica.

"A mais recente pressão nos preços do petróleo não favorece divisas de países produtores de crude", explicou à Bloomberg Tiago Dionísio, economista-chefe da Eaglestone.

Em agosto, a ministra das Finanças de Angola, Vera Daves de Sousa, afirmou que vai começar a pagar a fornecedores locais através de obrigações do Tesouro, devido à falta de capital. De acordo com a Bloomberg, foram também registados atrasos no pagamento de salários de trabalhadores angolanos pelo menos uma vez este ano. ■

DIOGO MENDO FERNANDES

Lex

ASSESSORIA JURÍDICA

Especialistas pedem regime fiscal mais simples no próximo OE

Eliminação de medidas obsoletas, simplificação do regime fiscal ou dotar os tribunais de meios para o seu normal funcionamento, eis algumas das propostas para o próximo OE avançadas por alguns fiscalistas ao Negócios.

JOÃO DUARTE FERNANDES
joaomfernandes@negocios.pt

António Pedro Santos/Lusa

As negociações entre os atores políticos prosseguem e a incerteza reina num Parlamento fraturado.

O Executivo liderado por Luís Montenegro terá até dia 10 de outubro para apresentar o Orçamento do Estado (OE) para 2025. Até lá, as negociações entre os atores políticos prosseguem, e a incerteza reina num Parlamento fraturado. Junto de vários especialistas da área do direito Fiscal, o Negócios quis perceber que medidas seriam bem-vindas no OE do próximo ano, tendo em conta o atual contexto empresarial e político. A eliminação de medidas obsoletas, a simplificação do regime fiscal ou dotar os tribunais de meios para o seu normal funcionamento são algumas das propostas deixadas pelos fiscalistas.

O advogado Patrick Dewerbe, sócio da área de Fiscal da CMS, refere que é essencial "uma revisão do processo de execução fiscal". O fiscalista deixa o alerta de que "na prática, o que temos vindo a assistir, é um sistema em que os contribuintes são obrigados a pagar em um a dois meses sob ameaça de penhora, enquanto o Estado arrasta decisões por anos (...)". Acrescenta que "devemos de uma vez por todas dotar os tribunais fiscais dos meios tecnológicos e recursos humanos para que possam efetivamente funcionar". Para tal, defende medidas como a contratação de funcionários administrativos que apoiem a gestão de projetos "numa lógica de gabinetes de apoio, de forma a aumentar a capacidade de resposta dos tribunais e agilizar os litígios."

Já Francisco Cabral de Matos, sócio responsável pela área de Fiscal da VdA, assume que "deve privilegiar-se a estabilidade legislativa, com medidas cirúrgicas de simplificação e que reforcem a liquidez das empresas." No caso concreto do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), defende que se devem deixar cair medidas ultrapassadas e que tornam a tributação das empresas "desnecessariamente complexa." É o caso da derrama estadual, considerada pelo advogado como "um 'adicional ao IRC' que surgiu numa conjuntura específica". Neste tema, grande parte dos assessores jurídicos mais direcionados para o apoio às empresas que o Negócios contactou concordam com a eliminação desta taxa.

Estabilidade legislativa contribui para maior competitividade das empresas no país, lembram advogados.

Quanto aos impostos indiretos, o mesmo advogado defende que "será bem-vindo o regime dos grupos de IVA e o alargamento do regime de IVA de caixa". O fiscalista refere ainda que se deve apostar na redução do contencioso com a Autoridade Tributária (AT), afirmando que "deve corrigir-se a legislação que contende com a jurisprudência fiscal e que, infelizmente, continua a não ser considerada pela AT."

É no mesmo sentido que vai o raciocínio de João Rodrigues Duarte, associado coordenador da área de Fiscal da PLMJ. Para o advogado "seria benéfica uma redução do custo do 'doing business' no nosso país". Sublinha "a recorrente dificuldade em aumentar salários efetivos e, em alguns setores da economia, na atração da mão-de-obra especializada face ao extraordinário peso fiscal e contributivo que sobre estas impende."

Para fazer frente a tal, João Rodrigues Duarte diz que é essencial apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PME) nacionais e vê com esperança algumas das medidas incorporadas no programa "Acelerar a Economia", como a redução gradual da taxa de IRC e o alargamento e aprofundamento do incentivo à capitalização de empresas através de capitais próprios. A crise imobiliária também veio trazer no-

Entre a estabilidade das leis e menos IRC

vos desafios às empresas, que, destaca, "podem ser enfrentados com políticas fiscais adequadas, como medidas fiscais de apoio à conversão de propriedades comerciais em uso residencial [e] medidas de incentivo aos empregadores para construir e fornecer alojamento aos trabalhadores, por via do alívio fiscal pelo custo dessa construção."

Samuel Fernandes de Almeida, managing partner e fiscalista da MFA Legal, acredita que a discussão deve tomar um contexto mais amplo e não se cingir apenas ao OE, até porque "uma carga fiscal excessiva e a complexidade do sistema [são] tudo matérias que dificilmente caberão no contexto de um OE – sobretudo no atual contexto político."

Nesta linha, João Espanha, sócio na área Fiscal da Broseta, entende, por seu turno, "que como princípio não gostaria de ver no OE grandes alterações no Código do IRC e legislação extravagante sobre o tema". Aponta que "é bem sabido que as queixas dos investidores, em relação ao sistema fiscal português e ao IRC em particular, se prendem não tanto com o montante do imposto a pagar, mas sim com a sua imprevisibilidade".

Defende ainda uma efetiva reforma do IRC, o que, como adianta, pode ser feito, por exemplo, "ao transformar a taxa reduzida para pequenas empresas num benefício fiscal, a eliminar esta medida logo que a taxa normal seja reduzida a níveis competitivos", ou ao reformar o regime de tributações autónomas. "Se o seguro é a alma do negócio, a incerteza fiscal é a sua morte", aponta. ■

A redução progressiva do IRC é uma das bandeiras de governação de Luís Montenegro, mas o maior partido da oposição, o PS, não concorda com alterações ao imposto. Como tal, deverá avançar-se para uma redução do IRC, mesmo que se corra o risco de uma não viabilização do OE para 2025?

Todos pedem estabilidade legislativa e concordam que a redução do IRC "irá contribuir para uma maior competitividade do tecido empresarial instalado em Portugal e, ao mesmo tempo, tornar o país mais atrativo para que empresas estrangeiras e multinacionais escolham instalar-se cá", como diz João Rodrigues Duarte, associado coordenador da área de Fiscal da PLMJ.

Para Nuno de Oliveira Garcia, sócio e responsável pela área Fiscal da Gómez-Acebo & Pombo em Portugal, este tema "deveria ser mais pacífico do que os partidos políticos fazem crer que seja". Para este advogado, "baixar quaisquer impostos, respeitando a progressividade e o controlo orçamental, é sempre uma boa notícia", até porque as empresas não são diferentes das pessoas. E, adianta, "quando os impostos baixam, as empresas sentem-se mais felizes e tendem a investir mais (...)." Mas para o advogado "é a própria controvérsia, e os sinais contraditórios, que assustam e afastam os investidores".

Já Samuel Fernandes de Almeida, managing partner e fiscalista da MFA Legal, diz que é necessário separar-se a questão política da discussão técnica. Como refere, "em termos técnicos, a taxa nominal de IRC em Portugal (21%) mais as derramas, eleva a carga fiscal sobre as empresas para uma das mais elevadas da OCDE, e como tal justifica uma intervenção e a sua redução progressiva". Outra questão "é a taxa efetiva de IRC paga em Portugal, sendo que em 2022, apenas 47% das empresas liquidaram IRC na sua modelo 22".

Para o fiscalista, "importa analisar e estimar o potencial impacto positivo desta medida em termos de crescimento económico". Isto porque "uma redução da taxa sem estar acompanhada de medidas efetivas em matéria de simplificação do sistema, (...) e aposta na inovação poderá mostrar-se pouco efetiva". Neste ponto, defende que a discussão política em Portugal não pode estar centrada e limitada ao IRS jovem e à redução progressiva do IRC. ■

Precisamos de medidas fiscais que [impactem] de forma positiva, [a] vida das pessoas e das empresas, e não apenas nas estatísticas 'do vírgula 0'.

PATRICK DEWERBE
Sócio da área de Fiscal da CMS

Uma carga fiscal excessiva e a complexidade do sistema [são] tudo matérias que dificilmente caberão no contexto de um OE.

SAMUEL F. DE ALMEIDA
Managing Partner e fiscalista da MFA Legal

Deve privilegiar-se a estabilidade legislativa, com medidas cirúrgicas de simplificação e que reforcem a liquidez das empresas.

FRANCISCO C. DE MATOS
Sócio responsável pela área de Fiscal da VdA

Baixar quaisquer impostos, respeitando a progressividade e o controlo orçamental, é uma boa notícia.

NUNO DE OLIVEIRA GARCIA
Sócio e responsável pela área de Fiscal da Gómez-Acebo & Pombo

OPINIÃO

MIGUEL MARQUES DE CARVALHO
sócio da Miranda & Associados

LUÍS BORGES RODRIGUES
sócio da Miranda & Associados

Revolta no Bounty? A Booking nas malhas do direito da concorrência?

Getty Images

Seguindo uma tendência crescente na Europa de reação ao poder de mercado das grandes plataformas digitais, a Autoridade da Concorrência Espanhola aplicou recentemente uma sanção de 413,24 milhões de euros à Booking por violação das regras de proteção da concorrência.

Segundo o regulador espanhol, a Booking abusou da sua posição de domínio no mercado, ao impor condições comerciais que têm um efeito de exclusão de concorrentes e de exploração dos hotéis. Os comportamentos censurados foram a imposição de cláusulas de paridade que asseguram que a Booking apresenta sempre a melhor oferta comercial aos consumidores, a falta de transparência e agressividade dos seus programas de fidelização e condições contratuais vistas como não equitativas, como a sujeição à lei e aos tribunais dos Países Baixos, país de origem da empresa.

Para se perceber o que está em causa neste processo é importante atentar no modelo económico em que assenta a Booking. Trata-se de uma plataforma de dois lados, que procura atrair consumidores de um dos lados, e hotéis e outras unidades de alojamento turístico, do outro lado.

Ora, um dos elementos caracterizadores deste tipo de plataformas é que a sua estrutura de preços não é neutra, sendo construída de forma a maximizar os utilizadores. As famigeradas cláusulas de paridade, ao induzirem os consumidores a contratar os serviços através da plataforma por força da garantia de melhor preço, impulsionam naturalmente o seu volume de negócio. Ao mesmo tempo, esvaziam a possibilidade de concorrência de outras plataformas através do preço.

A questão está em saber qual o impacto no funcionamento do mercado quando se atinge um tipping point, em que o poder de mercado de uma empresa como a Booking atinge uma tal dimensão que neutraliza os seus concorrentes. Como ficam os hotéis, quando há um gate keeper de acesso ao mercado com esta dimensão?

Há um regime jurídico próprio para ações de responsabilidade por violação das regras de concorrência nos países da União Europeia. [...] O objetivo é facilitar a reparação de danos sofridos por lesados de práticas restritivas da concorrência.

Não é assim surpreendente que se venha assistindo por toda a Europa a uma cruzada da indústria hoteleira contra práticas alegadamente restritivas da concorrência da Booking, sobretudo associadas às cláusulas de paridade. O processo na Autoridade da Concorrência de Espanha teve origem numa denúncia de duas associações de hotéis. Em Itália, está em curso uma investigação que também foi iniciada na sequência de denúncias de associações de hotéis. Nos Países Baixos e na Alemanha há processos que envolvem dezenas de hotéis que reclamam indemnizações contra as cláusulas de paridade da Booking, na sequência de uma decisão da Autoridade da Concorrência alemã, confirmada pelos tribunais, que as declarou ilegais.

Aliás, há um regime jurídico próprio para ações de responsabilidade por violação das regras de concorrência nos países da União Europeia (UE), que resulta da transposição de uma diretiva europeia. O objetivo é facilitar a reparação de danos sofridos por lesados de práticas restritivas da concorrência. Uma decisão definitiva de uma autoridade na UE contra a Booking pode gerar uma presunção de ilegalidade em ações de responsabilidade intentadas noutros Estados-membros, como Portugal.

A disputa entre Booking e hotéis, com o direito da concorrência em pano de fundo, parece estar longe de terminar... ■

BREVES

CRIPTOMOEDAS

MORAIS LEITÃO REFORÇA APOIO NA ÁREA DIGITAL

A sociedade de advogados Morais Leitão anunciou o lançamento de um novo serviço de investigação e tracing de criptomoedas e outros ativos virtuais, através da sua solução de Defesa Digital. Com a utilização de software especializado, a firma de advocacia diz dispor agora de "ferramentas qualificadas para identificar e rastrear transações com criptomoedas". Este serviço, para além de permitir seguir transações para averiguar a sua licitude, oferece, segundo a Morais Leitão, "uma nova camada de segurança para bancos e empresas na verificação de transações relacionadas com criptoativos". ■

NOVO REGULAMENTO

SRS DÁ APOIO À CÂMARA DE ALMADA NA ENERGIA

A sociedade SRS Legal assessorou a Câmara de Almada na elaboração do regulamento interno de autoconsumo coletivo para a produção de energia. Esta assessoria decorreu integrada no projeto BundleUp Next, financiado pela Comissão Europeia, e que visa o apoio a entidades públicas e privadas na concretização de projetos de melhoria de eficiência energética. O projeto contou com a liderança de José Luís Moreira da Silva, sócio e responsável pelos Departamentos de Direito Público e Ambiente da SRS, e incluiu ainda João Filipe Graça, associado do Departamento de Direito Administrativo e Contratação Pública da SRS Legal. ■

TRANSAÇÕES

CMS ASSESSORA COMPRA DA PORTUGUESA EQUITEL

Numa operação multijurisdicional que envolveu a CMS Francis Lefebvre e a CMS Portugal, o Labelys Group, importante ator europeu na criação, desenho e impressão de rótulos adesivos, adquiriu a Etiquel, empresa portuguesa líder na produção de rótulos autocolantes, com incidência no setor dos vinhos. A equipa da CMS Portugal envolvida na assessoria foi liderada por Francisco Xavier de Almeida, sócio de Corporate M&A, e incluiu ainda o associado sénior André Guimarães e a associada Ana Rita Santos. O Labelys Group já conta atualmente com empresas em Espanha, França e Suíça. ■

ESG

ABREU ADVOGADOS RENOVA CERTIFICAÇÃO

A Abreu Advogados renovou a sua certificação B Corp, que tem como objetivo atestar que as empresas que o possuem respeitam os mais altos padrões de desempenho social e ambiental, transparência e responsabilidade legal, também conhecidos como padrões de ESG. A sociedade de advogados foi reconhecida pela primeira vez com esta certificação em 2015, e novamente em 2019. Criada em 2006 pela ONG norte-americana B-Lab, a certificação em causa avalia as operações das empresas e o impacto dos seus moldes de negócios nos funcionários, comunidade, meio ambiente e clientes. ■

PROPRIEDADE INTELECTUAL

TELLES ANUNCIA REFORÇO DE EQUIPA

A TELLES anunciou o reforço da sua equipa de Propriedade Intelectual com a mais recente associada sénior da sociedade, Dalila Simões. De acordo com informação desta sociedade, a advogada conta com consolidada experiência no aconselhamento jurídico de propriedade intelectual, quer no contencioso arbitral e jurídico em sede de marcas, nomes de domínio, patentes, denominações sociais, direitos de autor, desenhos e modelos de utilidade. A mais recente integração da sociedade de advogados é ainda árbitra no Centro de Arbitragem para a propriedade industrial, nomes de domínio, firmas e denominações. ■

A vice-presidente da BYD, Stella Li, entende que os fabricantes tradicionais têm de ter uma "mentalidade aberta" para lidar com a nova concorrência asiática.

AUTOMÓVEIS

BYD vai contornar tarifas da UE à boleia da Hungria

Em entrevista ao Negócios, a vice-presidente global da BYD assume que o fabrico de carros no país de Viktor Orbán a deixa descansada relativamente às tarifas europeias. Em Portugal, a construtora chinesa quer alcançar o top 5 de vendas.

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

Em plena guerrilha de tarifas, com a Comissão Europeia a impor custos adicionais às importações de carros elétricos da China, a Byd diz ao Negócios que não perde o sono com esse dossiê. "Não me preocupa", garante Stella Li, vice-presidente executiva da fabricante chinesa a nível global e CEO para as Américas, à margem da inauguração de um novo concessionário em Lisboa, em parceria com a Salvador Caetano.

E porque é que não está preocupada? "Porque a BYD já vai começar a produzir na Hungria. A nossa produção começa em setembro do próximo ano. Porque a BYD é uma empresa de longo prazo, uma visionária. Já decidimos fabricar na Europa, vamos investir mais na Europa, tornando-nos num dos fabricantes locais europeus", afirma. Ou seja, o ataque ao mercado europeu – por parte de uma marca que já é líder mundial nos carros elétricos – será reforçado a partir da própria UE, num país que tem estado sistematicamente desalinhado com os parceiros comunitários, nomeadamente na política externa. A BYD já tem uma fábrica de autocarros na Hungria desde 2017 e produção de baterias desde o verão passado.

A UE acusa a China de promover concorrência desleal, ao dar "avultadas subvenções" aos fabricantes locais, tendo por isso decidido aplicar taxas aduaneiras adicionais – no caso da BYD são 17%.

Stella Li avisa, porém, que a decisão só tem custos internamente: "Acho que deviam reduzir a maior parte das tarifas porque estão a prejudicar o consumidor europeu. No fim de contas, é o consumidor que tem de pagar por isso. Não é uma decisão correta", acredita.

Marcas tradicionais "têm de investir mais"

Questionada sobre os fabricantes europeus, como a Volkswagen, que anunciou o possível encerramento de uma fábrica na Alemanha (e rompeu um acordo laboral de décadas), Stella Li entende que "é muito normal", porque "todas as empresas do setor têm altos e baixos ao fim de 10 ou 20 anos, mas depois regressam". A gestora diz que "uma ou outra empresa pode morrer", mas "logo aparece outra".

A vice-presidente executiva da BYD sugere que se analise a história do setor desde os anos 60, sublinhando que em vários momentos na Europa e nos EUA houve preocupação com a ascensão de fabricantes asiáticos. "Os carros

Vítor Mota

> **A BYD já vai começar a produzir na Hungria. A nossa produção começa em setembro do próximo ano. Porque a BYD é uma empresa de longo prazo, uma visionária.**
>
> **Acho que deviam reduzir a maior parte das tarifas porque estão a prejudicar o consumidor europeu.**
>
> **STELLA LI**
> Vice-presidente da BYD

japoneses tinham um design muito bom, boa qualidade e um preço competitivo, e toda a gente se preocupava. Mas depois a concorrência obrigou todas as marcas locais a melhorarem. Eles podem voltar fortes", considera. "Depois, voltaram a ter a mesma preocupação nos anos 80, com as empresas coreanas. E hoje em dia é a produção chinesa", defende Stella Li, para quem "as marcas tradicionais precisam de uma mentalidade aberta para aprender a lidar diretamente com esta concorrência". É isso que "as ajudará no futuro, a curto e longo prazo, porque têm um legado demasiado grande no negócio convencional – desfrutam demasiado", aponta. "Não investiram muito na tecnologia futura para os veículos elétricos", diz Stella Li, avisando que "deveriam apostar forte em I&D e acreditar no futuro", porque "se não o fizerem, morrerão".

A China, por outro lado, "é o único país do mundo que acredita na eletrificação" e as suas empresas "tomam decisões rapidamente" e "são muito eficazes", argumenta – apesar de lhes serem apontadas frequentemente outras vantagens que não estão ao alcance dos países ocidentais, nomeadamente nas questões laborais.

"Não é preciso preocuparmo-nos com as marcas chinesas", afirma Li. "Não vão conquistar todo o mercado. É impossível. A reação é exagerada".

Top 3 ou 5 na mira

E em Portugal, qual é a ambição nas vendas? "Queremos tornar-nos numa das cinco ou mesmo das três primeiras" e chegar a "mais de 34 lojas em todo o país" (hoje são 21). Além disso, reconhece que quer mais notoriedade. "Se falarmos com dez pessoas na rua, se calhar dez não devem conhecer a BYD". E é por isso que está "a investir muito na Europa".

Questionada sobre a rede de carregamentos no país, reconhece que "não é suficiente", mas confia que o novo carro da marca vá "mudar o jogo" da autonomia dos carros elétricos. ■

Trazer negócio da energia para Portugal está nos planos

A BYD não constrói só automóveis, tendo no seu portefólio também soluções na energia, nomeadamente o armazenamento de baterias. A empresa chinesa quer encontrar um parceiro em Portugal nesta área de negócio.

A empresa chinesa que está a tomar de assalto o mercado automóvel de elétricos é também especializada em armazenamento de energia e, em entrevista ao Negócios, Stella Li, vice-presidente executiva da BYD a nível global, admite que a empresa tem na agenda desenvolver este negócio em Portugal, depois de ter já entrado com este segmento em mercados como o alemão ou o francês, entre outros.

"Penso que o negócio do armazenamento será bom em Portugal, que tem muitas ilhas pequenas. Primeiro, começamos com o sistema de energia doméstica no país. Podemos utilizar a energia solar, podemos utilizar o sistema de energia e colocá-lo em casa, no armazém, e podemos produzir. Chamamos-lhe o sistema de micro-utilities", afirma a gestora chinesa.

E, para isso, quer encontrar um parceiro. "No futuro, podemos estabelecer uma ligação com o nosso concessionário, ter o nosso concessionário a fornecer este tipo de sistema", adianta Stella Li.

"A BYD é um fornecedor líder em armazenamento de baterias, somos líderes no fornecimento de energia solar", continua a gestora. "Por isso, se tivermos uma equipa forte para trabalhar uma infraestrutura de carregamento, uma empresa de 'utilities', poderemos realmente ajudar a melhorar toda a eficiência, reduzir o custo, e podemos trazer a solução sustentável total para o ecossistema".

Stella Li explica que se houver "dados de sobrecargas e tivermos uma hora de ponta, então, a bateria pode sempre armazenar eletricidade à noite, quando não se precisa, e depois libertar para a hora de ponta".

"O investimento para a linha de transmissão e também o investimento para a produção será demasiado elevado. Por isso, pode utilizar o armazenamento de baterias como investimento diferido para o futuro, para resolver o futuro, com o aumento da capacidade, e então esta pode ser a solução mais eficaz para resolver o constrangimento da capacidade", acredita a responsável chinesa.

Por outro lado, tem também o lado comercial, em que se usa "um contentor de 40 pés" para armazenar baterias. "É possível deslocá-lo e utilizá-lo como armazém".

"E temos um mais pequeno, como se fosse um frigorífico, que serve de bateria de armazenamento. Chamamos-lhe o sistema de energia doméstica".

E que investimento vai obrigar? "Não precisa de grande investimento porque é uma base de contentores que podemos transportar para aqui".

Para já, porém, não há uma data para iniciar esse negócio no país. ■

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA

Procura por apoios supera expectativa

As candidaturas a subsídios do Fundo Ambiental para baterias na rede elétrica superaram os objetivos do Governo, de acordo com o Expresso, que remete para dados do Ministério do Ambiente e da Energia. O aviso para esses subsídios – financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em 99,8 milhões de euros – fechou a janela de candidaturas esta terça-feira, tendo atingido quase o triplo da meta fixada.

> **Penso que o negócio do armazenamento [de energia] será bom em Portugal, que tem muitas ilhas pequenas. Primeiro, começamos com o sistema de energia doméstica no país.**
>
> **STELLA LI**
> Vice-presidente da BYD

TECNOLOGIA

Critical Software cada vez mais perto de limpar lixo espacial

A tecnológica portuguesa integra o consórcio ClearSpace, que foi agora eleito pela Agência Espacial do Reino Unido para receber financiamento de 2,8 milhões de euros e ajuda técnica para a missão que pretende remover satélites inativos há 10 anos.

Critical Software

Com previsão de lançamento em 2026, a missão de limpeza espacial da ClearSpace terá como missão retirar de órbita dois satélites inativos.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Na órbita do planeta Terra há lixo a perder de vista, que se acumula há várias décadas. Se forem deixados lá, estes detritos espaciais representam um enorme perigo, tendo em conta que podem entrar em rota de colisão com satélites e outros equipamentos críticos, que comandam sistemas de transportes terrestres, serviços de internet e até previsões meteorológicas. É aqui que entra a empresa tecnológica portuguesa Critical Software, inserida no consórcio ClearSpace, que tem em mãos a preparação do lançamento da missão espacial "Clear" em 2026, com vista a remover dois satélites da órbita terrestre, inativos há mais de 10 anos.

Depois de concluir com sucesso a fase de projeto preliminar desta missão, o consórcio de 30 empresas – em que a Critical Software marca presença desde 2022 – foi selecionado pela Agência Espacial do Reino Unido para receber um financiamento de 2,8 milhões de euros, a que se soma apoio técnico à missão. De acordo com a Critical Software, este apoio da UK Space Agency permitirá avançar para a próxima fase do projeto, com metas ambiciosas até março de 2025, e "será essencial para aumentar os níveis de prontidão tecnológica dos projetos já submetidos, à medida que se aproxima a revisão do projeto", pode ler-se no comunicado da empresa.

Do lado da agência espacial britânica, o foco está em melhorar o design e as capacidades desta missão para garantir que as soluções de "remoção ativa de detritos espaciais" do país são "robustas, confiáveis e preparadas para o futuro".

Diogo Amorim, "development manager" na Critical Software, destaca a importância da parceria, sublinhando que "o financiamento agora assegurado vai permitir aprimorar a tecnologia em desenvolvimento para que seja possível remover de forma segura os detritos que representam um risco para outro tráfego espacial".

Para Rory Holmes, diretor-geral da ClearSpace UK, o compromisso passa por "tornar o espaço mais seguro e sustentável". Com o apoio dos oito países-membros da Agência Espacial Europeia (Portugal, Suíça, Reino Unido, Alemanha, Polónia, Chéquia, Suécia e Roménia), a missão "Clear" servirá não só para comprovar a viabilidade tecnológica da futura remoção de detritos espaciais, mas também para desenvolver novas normas e regulamentos para os serviços em órbita e criar um novo mercado na indústria espacial".

De acordo com a Agência Espacial Europeia, "mais de 30 mil pedaços de detritos espaciais foram registados e são regularmente rastreados por redes de vigilância espacial". Mas o "número real de objetos com mais de um centímetro é provavelmente superior a um milhão", alerta a agência. "A indústria espacial continua a estabelecer novos recordes para o número de satélites lançados em órbita, com mais de 2.780 lançados apenas em 2023. Embora estes satélites forneçam serviços valiosos, também precisamos de garantir a proteção do ambiente espacial e o desenvolvimento de novas formas de remover detritos espaciais", diz Paul Bate, CEO da Agência Espacial do Reino Unido. ■

2.780

NOVOS SATÉLITES

Em 2023, a indústria espacial global lançou para o espaço mais de 2.780 novos satélites, batendo um novo recorde.

DESTACAR O TALENTO DAS NARRATIVAS DE MARCA

A maior iniciativa de Branded Content em Portugal está de volta!

Prepare-se para uma experiência exclusiva onde as marcas ganham voz e as histórias são transformadas em poderosas formas de conexão e engagment. A **2.ª Edição do Branded Content Talks**, uma iniciativa **BCMA Portugal** (Branded Content Marketing Association) e **Medialivre** vai reunir uma vez mais, especialistas da área e trará insights, inovação e as tendências de mercado. **Inscreva-se já e garanta o seu lugar neste evento imperdível!**

18 de setembro | 14h30

Ferroviário, Lisboa

Rua de Santa Apolónia, 59, 1100-468 Lisboa

14H30 NOTA DE BOAS VINDAS

Luís Ferreira, Diretor Geral Comercial, Medialivre

Patrícia Weiss, Chairwoman, Founder da BCMA Portugal & South America. Criadora e Curadora dos BC Talks, Awards e Podcast

15H00 PAINEL 1:

"Marcas e parcerias no Branded Content e Brand Experience"

Carla Silveira, Marketing Communications Manager, PEUGEOT

Janin Moreira, Brands PR & Media Relations, SUPER BOCK Group

Teresa Abecasis Burnay, Business Unit & Media Director, UNILEVER

Moderação: ***Patrícia Weiss***

16H00 PAINEL 2:

"Quando as Marcas encontram o Entretenimento e o Storytelling"

Ana Roma Torres, Managing & Creative Partner, HAVAS PLAY | HAVAS Group

Francisco Faria, Branded Content Manager, BETCLIC Group

João Belmar, Partner & Executive Producer, TRIX Produção Audiovisual

Jorge Aguiar, Diretor Ibérico de Re-Marketing, Mercedes-Benz

Moderação: ***Patrícia Weiss***

17H00 ENCERRAMENTO E COCKTAIL

INSCREVA-SE EM

www.brandedcontent.pt

COMPETITIVIDADE

Governo muda liderança do IAPMEI para "dar novo impulso"

O Governo quer "dar um novo impulso" à Agência Para a Competitividade e Inovação. O até aqui presidente, Luís Guerreiro, foi afastado do cargo pelo ministro da Economia, Pedro Reis, esta terça-feira.

DIANA RAMOS*
dianaramos@negocios.pt
INÊS GONÇALVES
inesgoncalves@negocios.pt

É o mais recente de uma lista de saídas de dirigentes de cargos públicos desde que o atual Governo tomou posse. Luís Guerreiro foi demitido esta terça-feira pelo ministro da Economia e será substituído por José Pulido Valente. O nome de Pulido Valente foi anunciado esta quarta-feira pelo Governo, que o justifica com a vontade de "dar um novo impulso a este organismo".

"Inicia-se assim uma nova etapa da IAPMEI, focada na necessidade de melhorar o nível de serviço com as empresas e a eficiência da instituição, bem como a celeridade na avaliação e resposta aos programas de incentivo em curso", pode ler-se no comunicado.

A demissão, avançada pelo jornal Público e confirmada pelo Negócios, aconteceu a um dia de Guerreiro terminar o primeiro ano de mandato. O anúncio da demissão teve lugar na terça-feira, durante uma reunião entre o ministro da Economia, Pedro Reis, e Luís Guerreiro, sabe o Negócios. O presidente do IAPMEI já comunicou internamente aos trabalhadores da Agência para a Competitividade e Inovação que este seria o seu último dia em funções, segundo informação recolhida pelo Negócios.

Na reunião terá sido dado a entender pelo governante que era necessário dar uma nova dinâmica ao IAPMEI, razão que terá presidido ao afastamento de Luís Guerreiro.

O até aqui presidente daquele organismo estava nomeado para o cargo, ao passo que os outros dois elementos do conselho diretivo estão em regime de substituição.

Sobre o presidente cessante, o comunicado do Governo diz apenas que, "com a entrada do novo presidente do IAPMEI, cessará funções Luís Filipe Pratas Guerreiro".

A alteração na cúpula do IAPMEI é uma de várias que aconteceram em organismos do Estado nos últimos meses.

Uma lista que aumenta

A demissão de Luís Guerreiro segue-se a várias outras em organismos do Estado. No mês passado foi demitida a administração da Parpública, empresa que gere as participações do Estado e que era presidida desde o final de 2023 por José Realinho de Matos. Em abril, o Executivo exonerou a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa liderada pela provedora Ana Jorge. E em maio a presidente do Instituto da Segurança Social, Ana Vasques, que estava nomeada para o cargo até 2028, apresentou a demissão à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O novo presidente do IAPMEI fez carreira no setor bancário.

Percurso na banca

José Pulido Valente tem carreira na área da banca. Começou o seu percurso em 1983, no Banco Pinto & Sottomayor, como analista do departamento de Internacional, indica a biografia disponibilizada pelo Governo. Em 1985, liderou o departamento jurídico do BCP, onde mais tarde foi responsável pelo marketing, diretor-geral do Private Banking e diretor-geral do Departamento de Qualidade. Em 1997, assumiu a presidência do antigo Banco 7 e em 2001 o cargo de CEO do ActivoBank. Foi ainda vice-CEO do ActivoBank em Espanha, até 2003, diretor-geral da rede de retalho do Millennium BCP para a região Sul, até 2006, e diretor de Corporate Banking até 2021. Era diretor de Crédito Especializado e Imobiliário até ao momento. ■ *com VRO

ENERGIA

Gazelle Wind Power vai criar 30 empregos em Viana

A empresa irlandesa abriu sede em Portugal e acaba de lançar o projeto piloto "Nau Azul", com um investimento de 40 milhões para instalar e testar uma plataforma eólica flutuante ao largo da costa da Póvoa do Varzim.

A empresa irlandesa Gazelle Wind Power, que se dedica ao desenvolvimento de tecnologia para a produção de energia eólica offshore flutuante, assinalou esta quarta-feira em Viana do Castelo a abertura da sua nova sede nacional, anunciando que pretende criar, nos próximos anos, cerca de 30 postos de trabalho.

De acordo com autarquia, os novos escritórios da Gazelle Wind Power estão instalados no edifício da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL). "A empresa irlandesa está na vanguarda da tecnologia de energia eólica offshore flutuante e está a promover um investimento de 40 milhões de euros, em Portugal", refere o comunicado da Câmara Municipal de Viana do Castelo. No mesmo dia foi também lançado o projeto piloto "Nau Azul", que irá instalar e testar uma turbina eólica de 2 megawatts (MW) numa plataforma ao largo da costa da praia da Aguçadoura, na Póvoa do Varzim. O "projeto Nau Azul terá início em 2025, estando prevista para 2026 a construção da plataforma, que deverá ser lançada à água até à primavera de 2027. O administrador e fundador da Gazelle Wind Power, Jon Salazar, destacou "a relevância deste projeto para a empresa". Já o diretor de operações, Adrian Griffiths, salientou "a colaboração local com impacto global do projeto Nau Azul". O responsável afirmou que os escritórios em Viana do Castelo "vão contratar pelo menos 30 pessoas, destacando o trabalho que a empresa quer desenvolver, envolvendo a comunidade, as empresas, as instituições e os peritos locais". O diretor técnico, Jason Wormald, realçou "a tecnologia inovadora desenvolvida e patenteada pela empresa, que se apresenta como uma solução mais simples para produção em massa, para montagem, lançamento, instalação e operacionalização, o que permitirá reduzir o custo em escala comercial da energia eólica offshore flutuante".

A Gazelle Wind Power foi fundada na Irlanda em 2020 por Jon Salazar, que escolheu Portugal para desenvolver e instalar toda uma cadeia de fornecimento local para o eólico offshore, desde a indústria naval até ao mar. Esta servirá depois de base à atividade industrial da subsidiária Gazelle Wind Power Portugal (criada em dezembro de 2022) e à futura produção em larga escala de plataformas flutuantes modulares com turbinas eólicas de 15 a 22 MW para projetos offshore. Isto já de olho nos futuros leilões offshore em Portugal e na ambição do Governo em atribuir 10 GW de capacidade eólica no mar até 2030. "De forma natural, vamos estar nos leilões offshore e a nossa tecnologia será uma opção, já que vai ser testada na costa portuguesa", disse ao Negócios, o CEO Jon Salazar, em outubro de 2023.

Nos próximos três anos, a empresa quer contratar até 35 pessoas no país e investir entre 35 e 40 milhões de euros para construir o primeiro protótipo "made in Portugal", que será instalado e ligado à rede elétrica nacional ao largo da Póvoa do Varzim. Aí, o projeto-piloto de 2 MW permanecerá entre 12 e 18 meses, para realizar todos os testes necessários. ■ BS

A empresa vai investir 40 milhões de euros no projeto "Nau Azul".

Bruno Colaço

A apresentadora Marta Dhanis e o economista Miguel Frasquilho conduzem o novo programa do Negócios.

> **Teremos presidentes de empresas, embaixadores e investidores. E é tudo isto que nós queremos mostrar, semana após semana.**
> MIGUEL FRASQUILHO
> Economista e ex-presidente da AICEP

> **Será um formato descontraído, conversas interessantes, com rostos relevantes da economia.**
> MARTA DHANIS
> Apresentadora

TELEVISÃO

Exportadoras dão exemplo de como mudar a economia

Economia Sem Fronteiras é o novo programa do Negócios no canal Now, na posição 9 das operadoras Meo, Nos e Vodafone. Ex-presidente da AICEP Miguel Frasquilho e a apresentadora Marta Dhanis conduzem o formato. Estreia está marcada para dia 21.

Promover as exportações e internacionalização das empresas portuguesas como forma de fomentar o crescimento económico e o desenvolvimento do tecido produtivo nacional. Sem esquecer o papel da diplomacia económica no reforço de laços com o exterior e a importância de atrair investimento estrangeiro para o país. São estes os objetivos que dão mote ao "Economia Sem Fronteiras", o novo programa do Negócios no canal Now, na posição 9 das operadoras de televisão, e que estreia no próximo dia 21, sábado.

Ao longo de 13 semanas, gestores de grandes empresas nacionais vão mostrar através do seu exemplo o que correu melhor e pior nos processos de internacionalização, ao mesmo tempo que embaixadores nacionais e estrangeiros darão nota das oportunidades de crescimento da economia portuguesa e de investimento em diferentes geografias do globo.

A história pelos protagonistas

O economista e antigo presidente da AICEP Miguel Frasquilho irá, ao lado da apresentadora Marta Dhanis, conduzir o programa, que também terá reflexo, semanalmente, nas páginas e no site do Negócios.

"O 'Economia Sem Fronteiras' é um programa inovador e que visa mostrar à audiência as vantagens que existem da internacionalização, seja de empresas portuguesas irem para fora, apostarem em mercados externos, seja de nós sermos atrativos e, portanto, atrairmos investidores estrangeiros para o nosso país, porque é um dos fatores diferenciadores de progresso", explica Miguel Frasquilho.

Para Frasquilho, "a economia internacional nem sempre é vista como um benefício", daí ser necessário contrariar essa ideia. "Essa imagem [de sucesso] contada pelos próprios, por aqueles que são atores, internacionalizaram as suas empresas, as levaram para fora, por aqueles que vieram para cá, que apostaram em Portugal", tentando encontrar um caminho sobre "o que é que correu bem e correu menos bem, o que pode ser melhorado".

"Vamos também ter visão sobre a importância da diplomacia económica, com a presença de embaixadores e de outros atores ligados à diplomacia económica, porque muitas vezes estes são importantes para auxiliar os processos de internacionalização", explica o ex-dirigente da AICEP.

"Teremos presidentes de empresas, embaixadores e investidores. E é tudo isto que nós queremos mostrar, semana após semana, contado pelos próprios, porque não há melhor para promover aquilo que tem sido a sua atividade, da respetiva empresa, embaixada, do investimento que foi feito, do que passaram", sintetiza.

Já a apresentadora Marta Dhanis frisa que "há poucos programas de economia na televisão portuguesa", pelo que o 'Economia Sem Fronteiras' vem responder a esse desafio", destacando a internacionalização. Além disso, sublinha, "a diplomacia económica é um fator essencial" no desenvolvimento da economia.

"Vai ser um formato descontraído. Tenho um grande parceiro comigo, o economista Miguel Frasquilho, e vão ser conversas interessantes, com personalidades relevantes da economia e do tecido empresarial português", explica, lembrando que traz consigo "14 anos de experiência nos EUA", um país primordial no que à economia e à diplomacia económica diz respeito. ■

Programa Economia Sem Fronteiras. Ao sábado, de manhã, no Now. Conteúdos podem ser consultados em Economia Sem Fronteiras, no site do Negócios

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, tem dito que cada decisão é tomada reunião a reunião e com base nos dados.

POLÍTICA MONETÁRIA

Corte de juros é dado como certo, mas futuro é incerto

Famílias e empresas já têm sentido no crédito o impacto das expectativas de taxas mais baixas, pelo que serão os sinais que Christine Lagarde der sobre as próximas decisões a influenciar. Contudo, os analistas não antecipam que seja dada força a novas descidas.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

Um verão de pausa depois do corte de juros do Banco Central Europeu (BCE) em junho terá dado confiança suficiente para que os governadores voltem a fazê-lo. O mercado atribui uma elevada probabilidade de essa ser a decisão tomada na reunião desta quinta-feira e é um cenário que já se reflete nas taxas Euribor. É, por isso, para os sinais sobre o futuro que todos estarão a olhar. Mas, neste caso, as expectativas são baixas: a presidente Christine Lagarde não deverá fazer compromissos.

O Conselho do BCE deverá avançar para o passo seguinte no seu processo de redução dos juros, com um corte na taxa diretora (aplicável aos depósitos) em 25 pontos base para 3,5%. Com a inflação global de agosto a situar-se em 2,2% em termos homólogos e a inflação subjacente a revelar uma menor pressão inflacionista, os analistas são consensuais sobre justificar-se uma orientação política menos restritiva.

"Esperamos que o Conselho do BCE motive o corte da taxa com a confiança crescente de que o processo de desinflação está no bom caminho, mas esperamos mudanças limitadas na comunicação", explica a equipa de analistas do Goldman Sachs liderada por Sven Jari Stehn, que considera "provável" que Lagarde reafirme a sua abordagem dependente dos dados e de tomada de decisões reunião a reunião "sem uma tendência formal de flexibilização".

Ou seja, quem estiver à espera de perceber se haverá novos cortes de juros, poderá ver as expectativas defraudadas, dando margem ao BCE para ir decidindo o ritmo de diminuições, sem arriscar uma derrocada nos mercados resultante de estimativas demasiado otimistas - como aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos.

"Os investidores estão a prever um corte de 25 pontos base na quinta-feira, o que sugere que a redução da taxa em si não terá praticamente qualquer impacto nos mercados financeiros. No entanto, com um corte em outubro previsto em apenas 40%, qualquer sinal do BCE que aponte para a possibilidade de cortes sucessivos poderá desencadear uma descida a curto prazo da moeda única", antecipa Roman Ziruk, analista sénior de

Jana Rodenbusch/Reuters

Os investidores estão a prever um corte de 25 pontos base (...). Com um corte em outubro a ter probabilidade de apenas 40%, qualquer sinal do BCE que aponte para a possibilidade de cortes sucessivos poderá desencadear uma descida a curto prazo da moeda única.

ROMAN ZIRUK
Analista sénior de mercado da Ebury

mercado da Ebury. "Consideramos que uma maior ênfase nos riscos para as perspetivas, estimativas de um crescimento mais fraco, bem como no conforto com a evolução da inflação e dos salários, poderão contribuir para estas apostas e pesar ainda mais sobre o euro", diz o especialista da fintech especializada em câmbio.

Se sobre o euro há pressão, para as ações os juros mais baixos tendem a impulsionar especialmente os setores intensivos em capital e, por isso, mais sensíveis aos custos de financiamento. Da mesma forma, as "yields" das obrigações na Zona Euro deverão reagir em baixa a sinais sobre novos cortes. Mas se não os houver, não será a redução imediata a entusiasmar, dado que já está incorporada pelo mercado.

Euribor deu em agosto maior tombo desde 2009

As Euribor são, para as famílias, o maior reflexo dos juros de referência do BCE. Estes indexantes usados no cálculo da prestação dos créditos são fixados pela média das taxas às quais um conjunto de 19 bancos da Zona Euro está disposto a emprestar dinheiro entre si no mercado interbancário.

Após o corte de juros em junho e em antecipação do mesmo movimento em setembro, a média mensal da Euribor a 12 meses caiu 35,6 pontos base em agosto para 3,17%, sendo preciso recuar até fevereiro de 2009 para encontrar um diferencial tão grande. No caso da taxa a seis meses – a mais frequente nos contratos de crédito à habitação em Portugal –, a diminuição (de 21,6 pontos) é a mais elevada desde julho de 2009. A média fixou-se em 3,428%.

Já na taxa a três meses, a média de agosto foi de 3,55%, refletindo uma quebra de 13,5 pontos base face ao mês anterior. Neste caso, é a mais expressiva desde agosto de 2012. O facto de a Euribor estar atualmente mais alta no prazo mais curto do que nos mais longos é representativa de que o mercado espera que os juros de referência vão diminuir.

Ainda assim, "as taxas de juro ativas para as famílias e as empresas, que começaram a moderar-se no final de 2023, permaneceram muito estáveis em níveis ainda elevados nos últimos três meses", referem os analistas do BPI, sublinhando que "os volumes de crédito ao setor privado continuam a apresentar um crescimento lento, embora os últimos dados do BCE relativos à Zona Euro no seu conjunto revelem uma ligeira aceleração do crescimento anual dos empréstimos às famílias e às empresas em julho". ■

Esperamos que o Conselho do BCE motive o corte da taxa com a confiança crescente no processo de desinflação.

ANALISTAS
Goldman Sachs

BCE deve baixar projeções de crescimento e inflação

Dados fracos para a economia devem levar o "staff" da autoridade monetária a piorar as previsões. Na inflação, deve acontecer o inverso.

O Banco Central Europeu (BCE) deve rever ligeiramente em baixa a sua estimativa de crescimento económico na Zona Euro, mas deve melhorar a projeção para a subida de preços, estimam analistas internacionais.

Quando o BCE apresentou as suas últimas estimativas para o crescimento económico em junho, a maioria dos indicadores estavam a melhorar. No entanto, a recuperação foi de pouca dura. depois de o "staff" de Frankfurt ter estimado um crescimento económico de 0,9% este ano, os analistas admitem que essa estimativa desça agora para 0,8% ou 0,7%.

Depois de a economia da Zona Euro ter crescido 0,3% no primeiro trimestre e 0,2% no segundo, os inquéritos às empresas caíram em julho. E a produção industrial na Alemanha recuou bem mais do que o esperado, dando sinais de que o motor da economia europeia pode entrar em recessão.

Pela positiva, os indicadores compósitos e de sentimento económico (que incluem as famílias) melhoraram em agosto – mas a melhoria foi concentrada em França e pode ter sido influenciada pelos Jogos Olímpicos. E, apesar dos sinais positivos no consumo, com a subida dos salários reais, a procura internacional está a fraquejar adiando ganhos nas exportações.

Holger Schmieding, da Berenberg, admite que "só no próximo ano é que a economia deve crescer acima de 1%". Por isso, defende o analista, "o BCE deve reduzir ligeiramente as suas previsões de crescimento para 2024 e, possivelmente, para 2025".

Mas o BCE também deve diminuir ligeiramente a sua estimativa para a taxa de inflação da Zona Euro. Em junho, o "staff" de Frankfurt apontava para uma taxa de inflação de 2,5% este ano, mas agora os analistas admitem que a projeção baixe para 2,4%.

À boleia de preços dos combustíveis mais baixos, a taxa de inflação diminuiu mais rápido do que o esperado. Isso foi visível nos resultados registados em agosto, não só no conjunto da Zona Euro (2,2%), mas também nas principais economias europeias, como França (1,9%), mas sobretudo Alemanha.

Apesar das melhorias de curto prazo, os analistas admitem que o "staff" do BCE mantenha as projeções para 2025 e 2026 praticamente inalteradas. Em junho, os economistas de Frankfurt apontavam para um crescimento de 1,4% e 1,6%, respetivamente. E para uma taxa de inflação de 2,2% em 2025 (ainda acima da meta) e de 1,9% em 2026. A Berenberg admite que haja apenas uma redução do ritmo de subida de preços previsto para 2025, para 2,1%.

No entanto, a taxa de inflação subjacente (que exclui a energia, alimentação e que por isso é considerada menos volátil) tem estado um pouco mais elevada do que o BCE esperava e a inflação de serviços aumentou de 4% em julho para 4,2% em agosto. E, por isso, os analistas admitem que o BCE não mexa na sua projeção para a inflação subjacente. ■

SUSANA PAULA

2,4%

INFLAÇÃO
Analistas admitem que o BCE melhore ligeiramente a estimativa para a inflação este ano.

Redes privadas 5G aceleram transformação digital das empresas

Da saúde à indústria, passando pela mobilidade ou pela energia, a lista em que o 5G tem operado uma verdadeira revolução no dia a dia dos cidadãos cresce a cada dia.

Pelo Pavilhão do Conhecimento em Lisboa, nos dias 10 e 11 de setembro, desfilaram aquelas que têm sido as soluções adotadas pelo tecido económico e social nacional, numa demonstração do que são as vantagens e os benefícios práticos da tecnologia 5G. Ao longo dos dois dias, além de participar num painel de debate entre os três principais operadores do país, o MEO subiu ao palco e foi destaque em inúmeras demonstrações que ali tiveram lugar pelas mãos dos parceiros que implementaram soluções MEO.

Na prática, o público ficou a conhecer uma nova geração de tecnologias como fibra ótica, redes móveis, 5G, cloud, inteligência artificial, e a forma como estas estão a impulsionar a transformação e a digitalização das organizações, também ao nível das operações.

De entre as aplicações possíveis, algumas das que foram demonstradas assentam na sensorização do chão de fábrica, robótica e AGVs, comunicações mission critical, streaming de vídeo, entre outras.

Suporte a operações aumenta exigência

Num contexto cada vez mais exigente do ponto de vista tecnológico, as redes móveis privadas que usam 5G têm vindo a registar uma adesão crescente. Numa fase inicial, os utilizadores destas redes privadas 5G estavam concentrados sobretudo na indústria. Todavia, as mais recentes análises de mercado revelam hoje um crescimento claro na instalação deste tipo de redes em setores como os transportes e logística, media e entretenimento, saúde, entre outros. Na teoria, todos os setores de atividade podem aproveitar o 5G para seu benefício.

Maior velocidade, baixa latência e uma maior robustez da conectividade são alguns dos benefícios do 5G.

Entre os benefícios do 5G estão a maior velocidade, baixa latência e uma maior robustez da conectividade. São características que permitem às empresas melhorarem as suas operações e processos críticos, minimizando falhas e necessidades de correções.

A transformação digital das organizações requer, muitas vezes, níveis de conectividade móvel permanente que possibilitem um ambiente de mobilidade plena e específica para pessoas e máquinas, sem constrangimentos de natureza física ou arquitetónica.

Acresce que esta conectividade tem de ser em tempo real, ou seja, com latência muito reduzida e praticamente imune a interferências externas causadas por tecnologias rádio ou ambientes eletromagnéticos complexos, por exemplo.

E é neste contexto que o 5G surge como solução. Este tipo de rede surge como sinónimo de segurança, fiabilidade e disponibilidade. No caso das redes privadas, é como se o cliente tivesse uma fatia da rede MEO 5G totalmente dedicada às suas operações, beneficiando, por isso, de total prioridade de tráfego.

A Private Custom Network permite criar e gerir uma rede móvel privada virtual assente na rede móvel MEO, especificamente desenhada e implementada para fazer face às necessidades das empresas. Acresce ainda aqui o facto de tratar-se de uma solução flexível e passível de ser adaptada pelo próprio cliente às suas necessidades, ajustando e personalizando parâmetros de desempenho, estrutura e recursos.

Através do seu polo de inovação, situado em Aveiro, a Altice Labs, o MEO desenvolveu ainda um portal de selfcare que permite ao cliente gerir e monitorizar, de forma autónoma e em tempo real, todos os cartões 5G que fazem parte da sua rede móvel privada.

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Salários baixos não são opção

O governo vai propor o aumento do salário mínimo para 860 euros em 2025. É um valor que fica acima do que havia sido decidido pelo governo anterior. É uma jogada eleitoralista? Sem dúvida. Que, do ponto de vista do governo, tem a vantagem de ultrapassar o Partido Socialista pela esquerda.

Só que a mexida no salário mínimo leva a uma pergunta: não vai colocar dificuldades às empresas mais débeis, particularmente aquelas que têm margens baixas? Vai. E se as empresas fecharem as portas, isso não vai provocar mais desemprego? Vai. Qual o impacte na economia? Mínimo. Porquê? Porque Portugal encontra-se em situação de quase pleno emprego e quem ficar sem posto de trabalho facilmente encontrará alternativa.

Acresce que a decisão do governo tem outra particularidade: acompanha aquilo que já vem sucedendo no mercado de trabalho. Eu explico: como o país está em quase pleno emprego, a esmagadora maioria das empresas tem vindo a aumentar salários. Isso acontece até em setores onde até há pouco havia uma grande estabilidade salarial (porque não havia competição pela força laboral), como a restauração e hotelaria. Por outras palavras, quando o governo propõe um aumento do salário mínimo acima do que estava acordado não está a fazer mais do que acompanhar um movimento que já se verifica na economia.

É claro que vamos ter um aproveitamento por parte dos sindicatos, com destaque para os da CGTP: vão pedir aumentos ainda maiores do que o proposto. É normal, mas não vão ter grande sucesso.

É claro também que vai haver sempre queixas de algumas empresas. Mas convenhamos que manter o modelo de salários baixos não é opção. ■

LUGAR À MESA

CATARINA CARIA
Gestora de Programas na área da Paz e Desenvolvimento Sustentável; Membro do Conselho Estratégico da CIP

"Childless cat ladies"

A menos de 60 dias do Dia D da democracia norte-americana, e com empate técnico nas intenções de voto sondadas, os dois candidatos à presidência do país competem pelo apoio do eleitorado americano, apresentando dois projetos antitéticos e irreconciliáveis para o futuro dos Estados Unidos.

Por um lado, um candidato condenado pela justiça americana, com mau perder e que admite gerir a economia do país como a das suas empresas. É o mesmo candidato que propõe uma redução de impostos para os bilionários, que ameaça o acesso a cuidados de saúde reprodutiva, e que acredita que uma guerra se resolve com uma chamada telefónica. Por outro lado, uma ex senadora e procuradora-geral da Califórnia, que promete fazer crescer a classe média, em linha com o legado de Joe Biden, que quer construir uma economia de oportunidade, reduzir os custos de vida dos americanos, restabelecer a liberdade reprodutiva nos Estados Unidos e apoiar o ecossistema de start-ups no país. É a mesma candidata que tem por definir uma estratégia clara quanto ao médio oriente, e que pouco ou nada tem partilhado quanto à pasta das migrações/fronteiras.

Evelyn Hockstein/Reuters

Esta semana, a vice-presidente e candidata ao mais alto cargo político dos Estados Unidos, Kamala Harris, e o ex-presidente Donald Trump encontraram-se para um frente-a-frente de 90 minutos na cidade de Filadélfia, no decisivo estado da Pensilvânia. O debate foi transmitido para milhões de americanos e entusiastas da política americana que, como eu, assistiram em direto a partir das 2h da manhã de Portugal. Haja coragem!

A antiga procuradora-geral da Califórnia, dona de um andar confiante, aproximou-se de Donald Trump para se apresentar e desejar-lhe um bom debate. Foi o primeiro aperto de mãos num debate presidencial desde há oito anos, e marcou o tom carismático de Kamala Harris durante os 90 minutos de várias rondas de perguntas e respostas.

Sempre expressiva e desinquietante face às barbaridades preconizadas pelo seu oponente, Kamala não poupou nas gargalhadas e no sarcasmo. Entre o "factchecking" dos moderadores da ABC, David Muir e Linsey Davis, à performance e postura presidencial de Kamala Harris, Donald Trump foi encostado à parede e recorreu à "lengalenga" de sempre "do maior, do mais grandioso, do melhor e do mais perigoso".

As expectativas eram desproporcionais. Para Kamala Harris, a noite de 10 de setembro era o tudo ou o nada. Para Donald Trump era "só" mais um debate eleitoral a adicionar a mais de uma mão cheia deles. Harris apresentou-se como a candidata da mudança, a candidata para "as pessoas da América". Mas a opinião pública divide-se. A preparação e a forma como conduziu o debate são irrepreensíveis, mas no plano das ideias muito ficou por desejar e, deliberadamente, por dizer.

A noite pode ter sido a das "childless cat ladies", mas a corrida até novembro será perigosamente renhida. ■

> Sempre expressiva e desinquietante face às barbaridades preconizadas pelo seu oponente, Harris não poupou nas gargalhadas e no sarcasmo.

Coluna semanal à quinta-feira

OPINIÃO

A MÃO VISÍVEL
Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

ÁLVARO NASCIMENTO · CARLOS ALBUQUERQUE · JOAQUIM AGUIAR · JORGE MARRÃO · PAULO CARMONA · PEDRO BRINCA

maovisivel@gmail.com

Incompreensão

ÁLVARO NASCIMENTO

Sugere a teoria económica que o racionamento da procura em situações de escassez se opera através do preço, querendo com isto dizer que se a quantidade oferecida é insuficiente para fazer à demanda de todos, os preços subirão até que alguns dos consumidores desistam das suas intenções e se encontre o equilíbrio necessário. Na realidade, não havendo produção suficiente não há como poder consumir o que não temos!

O mecanismo de preços não é, como está bem de ver, o único possível para resolver os problemas suscitados por estas situações. Igualmente bem conhecidos são os esquemas de racionamento da quantidade, em que a produção é distribuída através de "senhas", por forma a que todos tenham acesso à sua quota-parte, por mais pequena que seja, em condições de absoluta igualdade. Parafraseando a popular expressão de que todos somos "filhos de Deus"!

Em muitos casos, contudo, a distribuição através de senhas de racionamento é ineficiente, até mesmo impossível, seja porque o produto é indivisível, ou não existe em quantidade suficiente para todos. Existem experiências empíricas – em ambiente artificial de laboratório e fora dele – que estudam a alternativa do sorteio, oferecendo a cada consumidor um bilhete de lotaria que, se vencedor, lhe dá acesso ao bem desejado.

A evidência revela que qualquer uma das duas últimas soluções – que na cronologia da história abundam em período de guerra e, também, fora dela – resulta no aparecimento de "mercados negros". Senhas e Bilhetes sorteados vendem-se por preços exorbitantes! O mercado tem horror do vazio e onde há uma oportunidade, há uma transação. É da natureza humana!

No entanto, não há memória de resolver problemas de falta de oferta, estimulando a procura, i.e., dando aos consumidores mais dinheiro, o suficiente para poder adquirir os produtos encarecidos. O maior efeito que se antecipa é o de exacerbar o desequilíbrio, com sinais contraditórios que, perante a rigidez da procura, encontram escapatória no alimento à espiral inflacionista... em benefício do produtor! ■

> *"Beneficiários da garantia Pública no crédito à habitação terão de aguardar devido a atraso na regulamentação."*
>
> **LUSA,** 6 DE SETEMBRO DE 2024

CR1000: a solidez do sucesso

CARLOS ALBUQUERQUE

O Cristiano Ronaldo marcou o 900º golo da carreira. Ao serviço de Portugal. Uma carreira plena de profissionalismo. De foco. De dedicação e esforço. De família. De responsabilidade. Justa e indiscutivelmente recompensada. O melhor de todos em todo o mundo.

Portugal vive um período difícil. Como em Vale de Judeus, vemos "... desleixo, facilidade, irresponsabilidade e falta de comando". Diz a ministra da Justiça. Num Estado que está efetivamente preso por arames. Num Estado que menospreza essencial. E favorece o acessório.

As negociações do OE para 2025 mostram a nossa pequenez. Os grandes temas estão afastados desta discussão. O prof. Cavaco Silva recordou há dias a restrição orçamental fundamental. Foi uma mensagem "pedagógica" para todos. Governo. Oposição. Jornalistas. Comentadores. Disse: estudem! O básico. No seu livro de 1982. Em Musgrave, de 1959.

Mas a maior restrição já não está no saldo anual. O orçamento é todo ele uma restrição. As políticas orçamentais subjugaram-se a projetos de redistribuição e "felicidade". Usaram argumentos de justiça social sem a racionalidade exigida na gestão do Estado. Sem análise de efeitos secundários e profundos. Com propósitos eleitoralistas. Com aumentos desmesurados nas despesas públicas (mais 30% em 2023 que em 2015). E nos impostos cobrados (idem em mais 50%). Não se discutiram objetivos de estabilização macroeconómica. O impacto no produto interno. Ou na afetação eficiente dos recursos. Desinvestiu-se nas funções de soberania. Colocou-se o Estado ao serviço da manutenção no poder. Destrui-se valor social. E, o orçamento está condicionado pela carga fiscal. Pelo endividamento. Pelos compromissos permanentes e continuados. No seu todo. Sem margem. E o país continuará preso por arames. Até à próxima disrupção.

Felizmente temos o melhor jogador de futebol do mundo. O atleta mais profissional de sempre. Cristiano Ronaldo. Que nos mostra tudo o que o país necessita para ter êxito: objetivos, foco, estratégia, responsabilidade, sofrimento, família e sentido ético. E muito trabalho. Infelizmente a discussão orçamental limita-se às migas da demagogia. Pequenez. CR já tem na sua cabeça um objetivo claro: os 1000 golos. E focado nisso. E vai lá chegar. Porque é um homem grande. Preso nos verdadeiros valores da luta. Na solidez do sucesso. Por cá continuamos presos por arames. Viva CR1000. ■

> *"A fuga da cadeia de Vale de Judeus é um exemplo crasso de como o Estado está preso por arames..."*
>
> **DIANA RAMOS NEGÓCIOS,** 11 DE SETEMBRO DE 2024

CONSCIÊNCIA DOS FACTOS

Viver só

GONÇALO SARAIVA MATIAS
Presidente do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos Santos

A população em Portugal está a envelhecer. Além do aumento da idade mediana de 38,5 para 47 anos em duas décadas, a população idosa (65 anos ou mais) tem crescido, genericamente, mais de 2% ao ano, desde 2019. Atualmente, são mais de 2,5 milhões de pessoas idosas, entre elas mais de 3 mil pessoas centenárias.

O envelhecimento verifica-se ainda no número de indivíduos em idade ativa por idoso: há 2,6 ativos por cada idoso. Há 20 anos, eram 4 por cada idoso. Portugal é, a par da Itália, o país da União Europeia com maior percentagem de população idosa, com quase o dobro dos idosos face aos jovens: são 186 idosos por cada 100 jovens.

Analisando numa perspetiva regional, é ainda mais evidente o envelhecimento: em apenas dois municípios dos 308 do país há mais jovens do que idosos, e ficam ambos na Região Autónoma dos Açores (Ribeira Grande e Lagoa). Há 10 anos havia 36 municípios portugueses com mais jovens por idosos.

O nosso país é o 2º da UE com maior índice de envelhecimento e o 4º país do Mundo com maior proporção de população idosa.

Por outro lado, em Portugal, mais de um milhão de pessoas vivem sós, e destas mais de metade (55%) são idosos. Somos o 4º país da UE com maior percentagem de idosos a viver sozinhos no total de pessoas que vivem sós.

Somos o 4º país da UE com maior percentagem de idosos a viver sozinhos no total de pessoas que vivem sós.

Ágata Xavier

Esta realidade resulta de uma combinação de fatores: a redução da natalidade, a saída dos jovens do país, mas também a melhoria das condições de saúde e dos cuidados médicos que levaram ao aumento da esperança de vida e da longevidade como um todo.

Mas os dados também mostram que, embora a longevidade em Portugal seja comparável com a de outros países europeus, em média, a qualidade dos últimos anos de vida é, em Portugal, mais baixa

Isto significa que os portugueses vivem tanto tempo como os outros europeus, mas vivem os últimos anos de vida com pior qualidade.

Estes factos devem fazer pensar, sobretudo no plano do desenho das políticas públicas. É necessário refletir sobre o país envelhecido e sobre os desafios que esse envelhecimento traz às famílias, às empresas, aos serviços públicos.

Portugal tem de cuidar das pessoas mais velhas, combater a solidão, garantir que todos poderemos aproveitar, com qualidade, o tempo que ganhamos com a ciência e a medicina.

Outro aspeto incontornável desta realidade é a solidão. A composição das famílias, a saída dos jovens do país, as exigências do mercado de trabalho levam a que cada vez mais pessoas vivam sós, como mostram os dados da Pordata que referi.

Não é evidente o modo como se pode intervir para mitigar este fenómeno. Mas ele deve ser enfrentado, até pelas consequências devastadoras que tem na saúde mental e no bem-estar de tantas pessoas, nos seus últimos anos de vida.

Há experiências bem-sucedidas de contacto intergeracional, de prolongamento de uma vida ativa, de intervenção em diversas áreas na sociedade por pessoas que, mesmo já não estando a trabalhar podem ser uteis à comunidade com a sua experiência e disponibilidade.

Portugal tem de cuidar das pessoas mais velhas, combater a solidão, garantir que todos poderemos aproveitar, com qualidade, o tempo que ganhamos com a ciência e a medicina. Mas, para isso, é indispensável compreender que o país mudou e que tem hoje desafios muito diferentes. ■

Coluna quinzenal à quinta-feira

negocios

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão. • Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%). • Diretora: Diana Ramos Diretor adjunto: Celso Filipe • Sede: Redação, Administração e Publicidade Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa • Redação: tel. 210 494 000 e-mail info@negocios.pt Publicidade: tel. 210 494 076 e-mail publicidade@medialivre.pt • Assinaturas: tel. 210 494 999 (das 9h às 18h) ou através do e-mail assine@medialivre.pt • Delegação Porto Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto tel. 225 322 342 • e-mail negocios-porto@negocios.pt • Internet www.negocios.pt • Propriedade/Editora: Medialivre, S.A. • Sede Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa Capital Social 22 523 420,40€ • Contribuinte 502 801 034 • C.R.C de Lisboa 502 801 034 • Impressão EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro. ISSN: 0874-1360 • Estatuto editorial disponível no site em www.negocios.pt

QUINTA-FEIRA | 12 SET 2024

...medialivre

Nº ERC: 121571 • Depósito Legal: 120966/98
Tiragem média de Agosto de 2024: 4.170 exemplares

SA LUÍS AFONSO

BREVES

JUSTIÇA

MONTENEGRO DEFENDE MINISTRA

O primeiro-ministro elogiou a ministra da Justiça, Rita Júdice, no caso da fuga de cinco reclusos da prisão de Vale de Judeus. "Creio que foi particularmente eficiente e conclusiva naquilo que foi a apreciação do Governo sobre este processo." ■

FUTEBOL

MAN. UNITED COM PREJUÍZOS

O Manchester United registou prejuízos no valor de 133,7 milhões de euros na época 2023/24, a quinta vez consecutiva com contas negativas, apesar de ter registado uma faturação recorde de 782,3 , anunciou ontem o clube inglês de futebol. ■

FRANÇA

NOVO GOVERNO NA PRÓXIMA SEMANA

O primeiro-ministro francês, Michel Barnier, prometeu ontem nomear um Governo "na próxima semana", indicando que continua a reunir-se com os partidos políticos e grupos parlamentares desde a sua chegada ao cargo no Matignon. ■

CRIPTOATIVOS

Portugal sobe ao 50.º lugar do mundo na adoção cripto

Dado Ruvic/Reuters

O país subiu oito posições no "ranking" de adoção de criptomoedas, recuperando das últimas quedas.

Portugal subiu no "ranking" anual de adoção de criptomoedas da consultora Chainalysis. O país avançou oito posições e está agora em 50.º lugar, de acordo com os dados a que o Negócios teve acesso.

Esta é uma reviravolta face ao ano anterior, em que o país afundou 20 posições, depois de em 2022 ter também descido para o 38.ª lugar, 20 patamares abaixo do 18.º nível alcançado em 2021. A última vez que Portugal subiu foi nesse mesmo ano, tendo disparado face ao 57.º lugar que contabilizara em 2020.

Este movimento de aumento acontece numa altura em que o mercado vive um momento bastante positivo, à boleia do "bull market" que arrancou no ano passado. Em 2023, a bitcoin mais que duplicou o seu valor, tendo desde o início deste ano ganho cerca de 36%. Atualmente, a criptomoeda está a cotar-se na fasquia dos 57 mil dólares, depois de ter atingido o pico histórico dos 73.157,29 dólares, em meados de março.

O "rally" impulsionou o restante mercado, sendo que a capitalização de um total de mais de dois milhões de criptomoedas está em cerca de dois biliões de dólares.

No último ano, o crescimento da adoção cripto foi conduzido sobretudo pelos países de rendimento médio-baixo. Já em 2024, "a atividade cripto aumentou em todos os países", independente do rendimento, ainda que se tenha notado um recuso nos países com rendimento elevado. EA Índia volta a ocupar o primeiro lugar neste "ranking" anual, seguida da Nigéria e Indonésia. O top 20 é fechado pelo Canadá, Coreia do Sul e China. ■ FCS

ELEVADOR

Celso Filipe
cfilipe@negocios.pt

KAMALA HARRIS
Candidata Democrata à presidência dos EUA

No primeiro frente a frente televisivo entre Kamala Harris e Donald Trump, a candidata democrata à Casa Branca bateu o seu rival republicano. Segundo uma sondagem da CNN, 63% dos eleitores que assistiram ao debate deram a vitória a Harris, a qual conta a partir de agora com um apoio de peso. A cantora Taylor Swift, cuja opinião influencia milhões, anunciou que irá votar em Kamala Harris. ■

ANDRÉ VENTURA
Presidente do Chega

O Chega continua o seu penoso caminho para se tornar relevante. Primeiro, André Ventura diz que não aprova o OE para 2025 é que esta é uma decisão "irrevogável". Agora, o irrevogável pode ser revogável se o Governo, nas palavras de Pedro Pinto, líder parlamentar, disser que "não quer nada com o PS" e que pretende chegar a um "acordo de viabilização do OE" com o Chega Dizer uma coisa e o seu contrário não ajuda a reter eleitores. ■